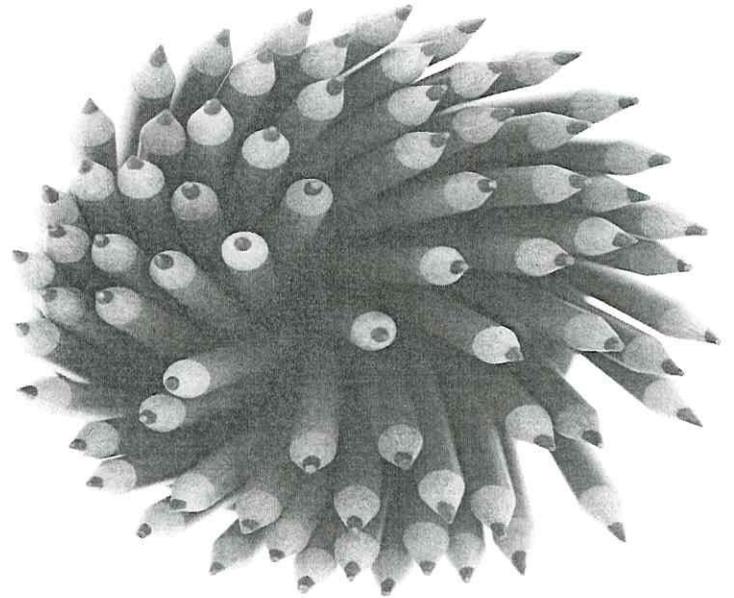




	<u>Página</u>
BALANÇO	1
CONTA DE GANHOS E PERDAS	2
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	3
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	4
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	5
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6 – 63
ANEXOS	



Balanço

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em Meticals)

BALANÇO	Notas	31-Dez-2018		31-Dez-2017	
		Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	Total
ACTIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	2 155 096 145	-	2 155 096 145	729 008 063
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	7 449 029	7 449 029	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	4.3	1 464 815 892	-	1 464 815 892	1 200 056 626
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.4	2 600 000	-	2 600 000	1 329 776 937
Outros empréstimos		23 036	-	23 036	23 036
Investimentos a deter até a maturidade	4.5	222 451 000	-	222 451 000	180 148 377
Edifícios					
De uso próprio	4.6	938 243 846	165 883 262	772 360 583	726 076 816
De rendimento	4.7	4 726 721 278	-	4 726 721 278	4 601 958 858
Outros activos tangíveis e intangíveis	4.6	442 308 977	267 139 530	175 169 447	221 561 671
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.8	170 593 983	-	170 593 983	207 219 164
Provisão matemática do ramo vida	4.8	13 500 000	-	13 500 000	6 600 000
Provisão para sinistros	4.8	305 485 831	-	305 485 831	426 238 307
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.9	3 302 213 647	1 614 972 221	1 687 241 426	1 855 715 132
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.10	9 022 219	-	9 022 219	9 563 696
Contas a receber por outras operações	4.11	583 591 531	222 786 528	360 805 002	339 945 553
Activos por impostos					
Activo por impostos correntes	4.19	94 009 095	-	94 009 095	169 129 778
Activo por impostos diferidos	4.19	14 996 737	-	14 996 737	44 323 938
Acréscimos e diferimentos					
Outros elementos do activo	4.12	14 463 850	-	14 463 850	21 142 181
		22 553 107	-	22 553 107	30 591 863
Total do activo		14 490 139 202	2 278 230 571	12 211 908 631	12 099 079 997

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

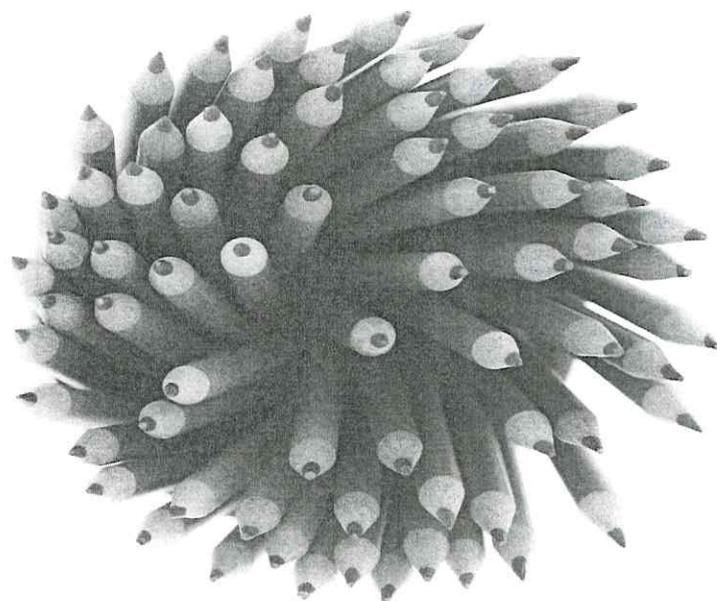
EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em Meticais)

BALANÇO		31-Dez-2018	31-Dez-2017	
		Valor líquido	Valor líquido	
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas				
	Provisão para prémios não adquiridos	4.15	566 380 164	671 669 510
	Provisão matemática do ramo vida	4.15	1 566 900 000	1 436 100 000
Provisão para sinistros				
	Do ramo vida	4.15	80 299 122	53 608 395
	Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.15	754 608 330	747 902 555
	De outros ramos	4.15	1 017 753 434	1 282 241 284
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.15	23 810 147	18 055 139
	Provisão para riscos em curso	4.15	953 507	60 367 704
Outros passivos financeiros				
	Empréstimos bancários		-	764 627
Outros credores por operações de seguros e outras operações:				
	Contas a pagar por operações de seguro directo	4.16	428 020 280	622 166 866
	Contas a pagar por operações de resseguro	4.16	259 198 327	319 494 673
	Contas a pagar por outras operações	4.16	274 138 373	253 061 866
Passivos por impostos				
	Passivos por impostos correntes	4.19	258 417 611	267 476 149
	Passivos por impostos diferidos	4.19	2 094 762 119	1 930 088 446
	Outros passivos correntes	4.17	27 970 338	80 568 268
	Outros passivos	4.18	77 318 414	113 209 899
	Outras provisões		34 839 531	17 686 541
	Total do passivo		7 465 370 697	7 884 441 911
CAPITAL PRÓPRIO				
	Capital	4.13	157 000 000	157 000 000
	Acções próprias		(3 256 740)	(3 256 740)
	Desconto de emissão		(58 378 060)	(58 378 060)
Reservas de reavaliação				
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		940 024 966	759 989 666
	Por revalorização de edifícios de uso próprio		427 260 665	395 515 598
	Outras reservas	4.14	2 138 578 709	2 138 578 709
	Resultados transitados		848 063 692	1 649 153 369
	Resultados do exercício		297 244 702	(823 963 457)
	Total do Capital Próprio		4 746 537 935	4 214 638 085
	Total do Passivo e do Capital Próprio		12 211 908 632	12 099 079 997

O Técnico de contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



Conta de Ganhos e Perdas

CONTA DE GANHOS E PERDAS

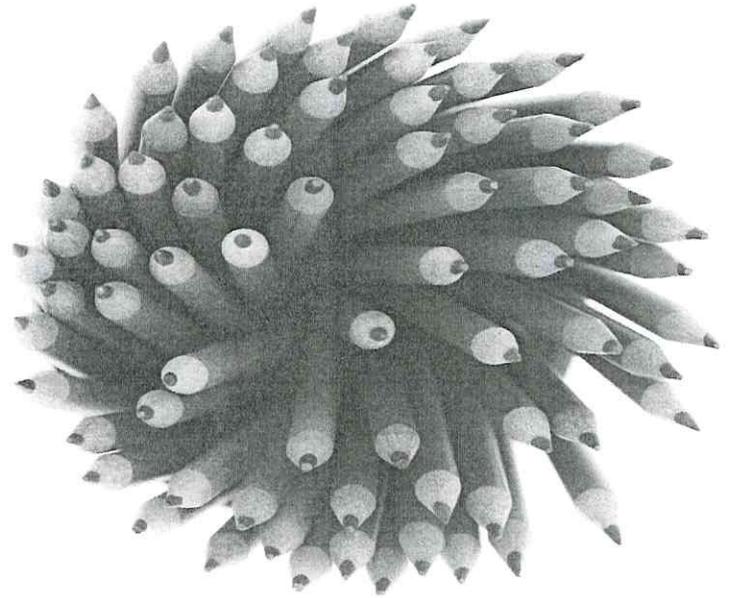
GANHOS E PERDAS	Nota	Ramo Vida	Ramo Não-Vida										Total	Valores em Moçambicanos			
			Adicional de Trabalho	Acidentes Pessoais e Danos	Incêndio e Explosões de Imóveis	Automóvel	Marítimo	Aéreo	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos	Serviços de gestão de Investimentos					
Premios adquiridos líquidos de resseguro		399 946 011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Premios brutos emitidos	420	209 824 732	171 159 935	418 858 242	61 932 417	892 295 288	4 205 480	15 031 435	4 223 153	11 058 515	11 652 826	1 808 513 425	1 808 513 425	1 808 513 425	1 808 513 425	1 808 513 425	
Premios de resseguro cedidos	420	(38 659 723)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)	(660 813 641)
Provisão para prémios não segurados parte dos resseguradores (venhida)	48	-	3 116 313	(949 127)	2 292 900	94 751 862	37 332	4 053 751	17 839	4 840 619	10 455 384	(36 625 181)	(36 625 181)	(36 625 181)	(36 625 181)	(36 625 181)	(36 625 181)
Outras comissões líquidas de resseguro		219 863 762	33 283 858	210 177 442	(651 128)	212 229 633	349 038	1 589 764	5 970 786	1 344 378	(3 071 860)	688 089 910	688 089 910	688 089 910	688 089 910	688 089 910	688 089 910
Montante pagos	422	203 926 761	71 166 016	663 350 868	30 974 853	327 453 662	320 031	3 660 884	3 720 620	7 654 923	2 064 032	1 333 974 305	1 333 974 305	1 333 974 305	1 333 974 305	1 333 974 305	1 333 974 305
Montante bruto	422	(10 420 177)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)	(472 183 735)
Parte dos resseguradores	422	29 158 583	(37 804 121)	1 586 533	(150 574 828)	(109 213 860)	302 776	12 731 344	2 250 106	(1 132 967)	(4 455 326)	(407 261 460)	(407 261 460)	(407 261 460)	(407 261 460)	(407 261 460)	(407 261 460)
Parte dos resseguradores	422	(3 071 479)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)	(2 859 446)
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro		123 900 000	(11 000 000)	-	-	-	(46 601 733)	-	(627 652)	-	5 854 053	(33 550 144)	(33 550 144)	(33 550 144)	(33 550 144)	(33 550 144)	(33 550 144)
Provisão matemática do ramo vida líquida de resseguro	415	130 800 000	11 000 000	-	-	-	-	-	-	-	-	131 800 000	131 800 000	131 800 000	131 800 000	131 800 000	131 800 000
Montante bruto	415	(6 500 000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 500 000)	(6 500 000)	(6 500 000)	(6 500 000)	(6 500 000)	(6 500 000)
Parte dos resseguradores	415	140 472 629	23 173 137	28 937 161	33 579 748	173 291 673	3 532 059	1 054 008	521 460	2 160 802	2 423 186	408 967 693	408 967 693	408 967 693	408 967 693	408 967 693	408 967 693
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	415	(109 273 629)	(53 456 306)	(127 009 290)	(27 442 533)	(11 565 246)	(17 691)	(4 698 453)	(37 721)	(742 425)	(1 948 482)	(13 342 713)	(13 342 713)	(13 342 713)	(13 342 713)	(13 342 713)	(13 342 713)
Comissões e participações nos resultados de resseguro	423	(3 470 720)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)	(20 703 329)
Ganhos líquidos em activos ao juro pelo efeito de resultados	417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106 660 755	106 660 755	106 660 755	106 660 755	106 660 755	106 660 755
Reclamações	421	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	537 652 453	537 652 453	537 652 453	537 652 453	537 652 453	537 652 453
Outros	424	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93 656 620	93 656 620	93 656 620	93 656 620	93 656 620	93 656 620
Custos financeiros	424	16 959 010	6 067 242	19 629 352	2 613 951	43 924 774	186 762	712 091	189 762	543 538	543 438	(1 976 514)	(1 976 514)	(1 976 514)	(1 976 514)	(1 976 514)	(1 976 514)
Perdas por imparidade (líquidas de reversão)	424	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 976 514	1 976 514	1 976 514	1 976 514	1 976 514	1 976 514
De depósitos em instituições financeiras	424	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(209 574 920)	(209 574 920)	(209 574 920)	(209 574 920)	(209 574 920)	(209 574 920)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	424	(79 358 010)	(116 379 471)	(4 839 948)	27 243 824	(58 521 176)	(113 483 979)	-	(703 489)	5 118 893	(21 728 922)	(1 336 046)	(1 336 046)	(1 336 046)	(1 336 046)	(1 336 046)	(1 336 046)
Outros instrumentos financeiros	425	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603 808 245	603 808 245	603 808 245	603 808 245	603 808 245	603 808 245
Resultado antes de imposto		(325 632 280)	34 968 293	46 807 633	70 627 808	137 148 846	35 669 073	18 208 151	(3 759 611)	8 008 201	(15 157 979)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)
Impostos corporais	419	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63 574 920)	(63 574 920)	(63 574 920)	(63 574 920)	(63 574 920)	(63 574 920)
Impostos diversos	419	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288 009 663	288 009 663	288 009 663	288 009 663	288 009 663	288 009 663
Resultado líquido do exercício		(325 632 280)	34 968 293	46 807 633	70 627 808	137 148 846	35 669 073	18 208 151	(3 759 611)	8 008 201	(15 157 979)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)	(227 488 673)

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

(Assinatura)

Administrador

(Assinatura)

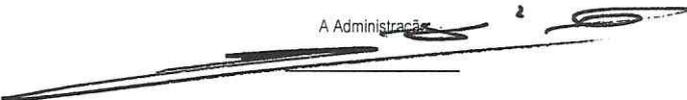


Demonstração do Rendimento Integral

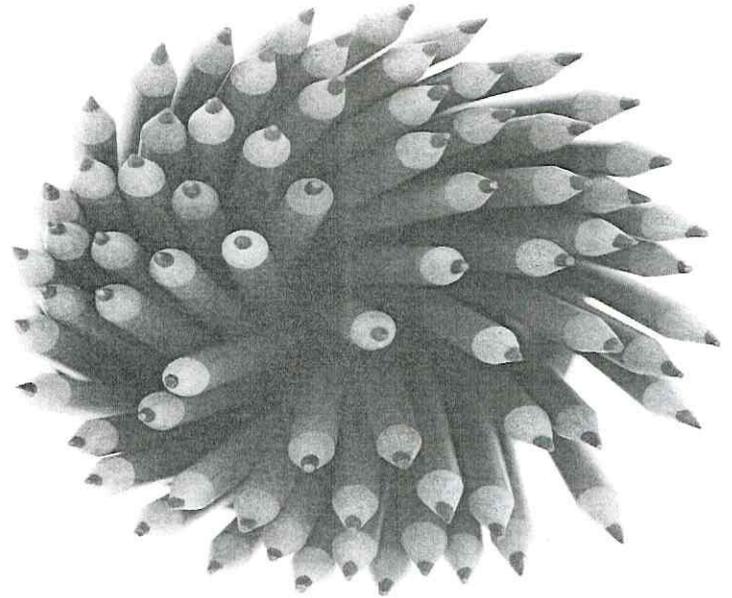
EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Resultado líquido do exercício		297 244 702	(823 963 457)
<u>Outros ganhos / (perdas) reconhecidos directamente no capital próprio</u>			
Ganhos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4.3	264 759 266	120 209 660
Impostos diferidos por ganhos no justo valor de activos financeiros	4.19	(84 722 967)	(38 789 529)
Ganhos / (perdas) na reavaliação de edifícios de uso próprio	4.6	70 698 881	(21 095 286)
Impostos diferidos por ganhos na reavaliação de edifícios de uso próprio	4.19	(25 702 987)	5 253 203
Total do rendimento integral		522 276 896	(758 385 408)


O Técnico de contas


A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

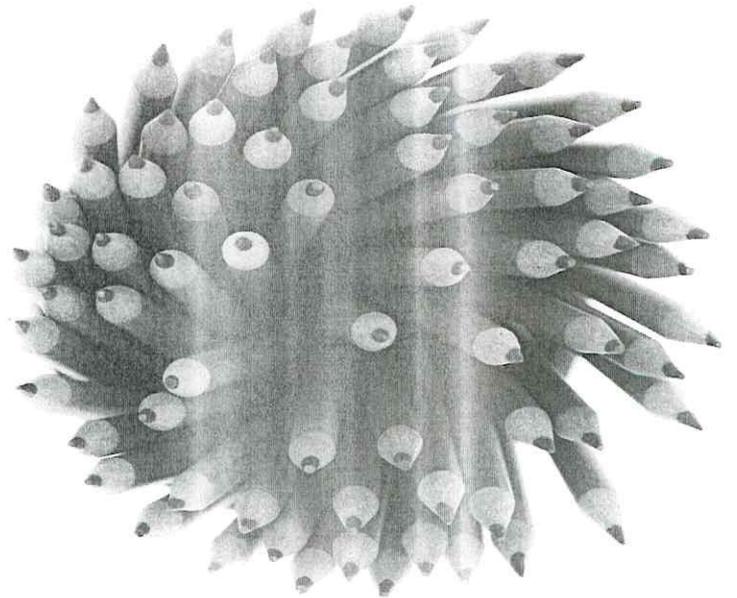


Demonstração de Variações do Capital Próprio

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital social	Ações próprias	Desconto de emissão	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de edifícios de uso próprio	Outras reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balance a 01 de Janeiro de 2017		157 000 000	(3 256 740)	(58 378 060)	678 568 534	431 233 955	542 987 359	1 546 183 461	1 737 624 650	5 343 758 956
Aplicação do resultado do exercício anterior		-	-	-	-	-	1 595 591 350	(63 511 347)	(1 595 591 350)	40 751 787
Efeito de reavaliação		-	-	-	-	-	-	142 033 300	(142 033 300)	-
Reserva de reavaliação de edifícios de uso próprio		-	-	-	-	(16 523 605)	-	-	-	(16 523 605)
Transferência de parte de excedente de revalorização		-	-	-	-	(35 952 875)	-	35 952 875	-	-
Transferência de parte de reserva por imposto diferido de excedente de revalorização		-	-	-	-	11 504 920	-	(11 504 920)	-	-
Reversão de impostos diferidos sobre edifícios de uso próprio		-	-	-	-	5 253 203	-	-	-	5 253 203
Impostos diferidos	4,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4,2 a 4,3	-	-	-	120 209 660	-	-	-	-	120 209 660
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(823 963 457)	(823 963 457)
Saldo a 31 de Dezembro de 2017		157 000 000	(3 256 740)	(58 378 060)	759 988 666	395 515 598	2 138 578 709	1 649 153 389	(823 963 457)	4 214 638 085
Aplicação do resultado do exercício anterior		-	-	-	-	-	-	(823 963 457)	823 963 457	-
Reserva de reavaliação de edifícios de uso próprio	4,6	-	-	-	-	80 321 835	-	-	-	80 321 835
Impostos diferidos sobre edifícios de uso próprio	4,19	-	-	-	-	(25 702 987)	-	-	-	-25 702 987
Transferência de parte de excedente de revalorização		-	-	-	-	(33 637 912)	-	33 637 912	-	-
Transferência de parte de reserva por imposto diferido de excedente de revalorização		-	-	-	-	10 764 132	-	(10 764 132)	-	-
Impostos diferidos	4,19	-	-	-	-	-	-	(84 722 967)	-	(84 722 967)
Ganhos líquidos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	4,2 a 4,3	-	-	-	264 759 266	-	-	-	-	264 759 266
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	297 244 702	297 244 702
Saldo a 31 de Dezembro de 2018		157 000 000	(3 256 740)	(58 378 060)	940 024 966	427 260 665	2 138 578 709	848 063 682	297 244 702	4 746 637 935



Demonstração de Fluxos de Caixa

EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Nota	31.12.2018	31.12.2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado antes de imposto		608 308 295	(1 018 400 318)
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Variação nos activos operacionais		1 540 659 299	(311 097 760)
Variação nos passivos operacionais		(435 479 578)	197 916 706
Efeito de reexpressão		-	(142 033 300)
Itens não-monetários incluídos no resultado antes de imposto			
Ganho / (perda) no justo valor de propriedades de investimento	4.7 e 4.19	(124 762 420)	922 259 467
Ganho / (perda) no justo valor de edifícios de uso próprio		(14 538 700)	17 113 724
Perdas/(reversões) de imparidade em devedores	4.9 e 4.11	204 316 001	251 021 023
Perdas por imparidade em investimentos em filiais	4.2	-	-
Amortizações de activos tangíveis e intangíveis	4.6	73 343 837	49 905 170
Depreciações de activos tangíveis	4.6	-	-
Aumento / (redução) de outras provisões		17 172 990	17 666 541
Impostos sobre o rendimento		(227 488 673)	(100 220 893)
Reforço /(reversão) de impostos diferidos		(83 574 920)	294 657 754
Outros		-	-
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		<u>1 557 956 133</u>	<u>178 788 115</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aumento / (redução) dos activos financeiros disponíveis para venda		(84 722 967)	(38 789 529)
Aquisição / (reembolso) de investimentos a deter até à maturidade	4.5	(42 302 623)	(2 697 377)
Compra/(alienação) de activos tangíveis e intangíveis	4.6	(26 951 613)	(883 691)
Transferência de parte de excedente de revalorização		22 873 780	24 447 955
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento		<u>(131 103 423)</u>	<u>(17 922 642)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos bancários obtidos		(764 627)	(6 866 066)
Pagamento de Dividendos		-	(63 511 347)
Caixa líquida gerada pelas actividades de financiamento		<u>(764 627)</u>	<u>(70 377 413)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		1 426 088 082	90 488 061
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro	4.1	729 008 063	638 520 003
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	4.1	<u>2 155 096 145</u>	<u>729 008 063</u>




Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais

A EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros, S.A., (adiante designada por EMOSE ou Companhia) foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 3/77 de 13 de Janeiro, agora revogado pelo Diploma Ministerial n.º 30/99, de 21 de Abril, com um capital social de cento e cinquenta mil Meticals, sendo, actualmente, de cento e cinquenta e sete milhões de Meticals e resultou da integração das seguintes seguradoras extintas:

- Companhia de Seguros Náuticos, S.A. - (Náuticos)
- Companhia de Seguros Lusitana, S.A. - (Lusitana)
- Companhia de Seguros Tranquilidade de Moçambique, S.A. - (Tranquilidade de Moçambique),

O balanço inicial da EMOSE, em 1 de Janeiro de 1977, resultou do somatório dos Activos e Passivos das três companhias integradas de acordo com os balanços preparados em referência a 31 de Dezembro de 1976.

A EMOSE assumiu todos os direitos e obrigações das companhias nela integrada.

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos, para os quais obteve as devidas autorizações por parte da Inspeção Geral de Seguros, actual Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

A Companhia tem a sua sede social na Av. 25 de Setembro, n.º 1383 – Caixa postal n.º 696 – 1165, na cidade de Maputo.

2. Bases de preparação e Políticas contabilísticas significativas

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao período findo em 31 de Dezembro de 2017, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) relativas à contabilização das operações das empresas de seguros em Moçambique.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em xx de Fevereiro de 2019 e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral de Accionistas a realizar em xx de Março de 2018.



2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da empresa é o Metical. Todos os montantes apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para a unidade do Metical mais próxima.

2.4 Políticas contabilísticas significativas

(a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticals à taxa de câmbio em vigor na data de relato. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Meticals à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

A tabela a seguir apresenta as principais taxas de câmbio aplicadas durante o período:

	31-Dez-2018		31-Dez-2017	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte- Americano (USD)	60,80	62,02	58,10	59,26
Rand Sul Africano (ZAR)	4,21	4,29	4,66	4,75
Euro (EUR)	69,50	70,89	69,40	70,79

(b) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Filiais são todas as entidades sobre as quais a EMOSE tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Companhia detém entre 20% e 49% dos direitos de voto, ou sobre as quais tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Os Investimentos em filiais e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial onde, segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Companhia no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina.

Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.



Caso o custo de aquisição exceda o justo valor da parcela da EMOSE nos activos identificáveis adquiridos, o referido excesso é registado como 'goodwill', o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Companhia em filiais e associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da filial ou associada adquirida, a diferença é reconhecida directamente nos ganhos e perdas do período.

Quando a quota-parte das perdas de uma filial ou associada excede o investimento na subsidiária ou associada, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da filial ou associada.

(c) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis à Companhia:

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção em manter por tempo indeterminado ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através de ganhos e perdas em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em ganhos e perdas.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A EMOSE avalia, em cada data de relato, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.



Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transacção reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a EMOSE tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capital próprio até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capital próprio é transferido para ganhos e perdas.

Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer perda por imparidade registada por contrapartida de ganhos e perdas.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

(d) Imparidade de activos financeiros

A EMOSE avalia em cada data de relato a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida em ganhos e perdas.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida em ganhos e perdas.



Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em ganhos e perdas, é transferida para ganhos e perdas.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

(f) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A EMOSE classifica os passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo os custos de transacção reconhecidos em ganhos e perdas.

O desreconhecimento do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.



Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na conta de ganhos e perdas aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

(g) Resseguro

No decurso da sua actividade a EMOSE cede risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

(h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

(i) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em ganhos e perdas qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

(j) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de relato, onde se incluem o caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

(k) Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes é efectuada de acordo com as NIRF aplicáveis. Subsequentemente, estes activos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.



(l) Provisões não técnicas

A Companhia constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e esta possa ser determinada com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

(m) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela EMOSE no decurso da sua actividade, com excepção dos edifícios de uso próprio que são registados pelo modelo da revalorização (ver nota 2.5), são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

A classificação dos imóveis detidos pela Companhia entre Edifícios de uso próprio ou Edifícios de rendimento segue os critérios previstos na NIC 16 e na NIC 40, respectivamente, sendo classificados como Edifícios de uso próprio os imóveis que façam parte da actividade operacional da empresa, sendo os restantes classificados como Edifícios de rendimento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Máquinas e ferramentas: entre 6 e 10 anos
- Instalações interiores: entre 4 e 10 anos;
- Equipamento administrativo: entre 4 e 10 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 5 anos
- Equipamento informático: 4 e 10 anos
- Construções: entre 44 e 80 anos

As vidas úteis apresentadas na tabela acima, resultam da alteração das taxas de depreciação introduzidas pelo Decreto 72/2013 de 23 de Dezembro relativas ao novo regime de amortizações, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em ganhos e perdas no período da sua anulação do reconhecimento.



A EMOSE efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas.

(n) Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor (ver nota 2.5), com base em avaliações obtidas de peritos independentes. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em ganhos e perdas. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

(o) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da EMOSE são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A EMOSE procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em ganhos e perdas. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso. Considerou-se como vida útil estimada para os activos intangíveis um período entre 4 e 5 anos, ao abrigo do Decreto 72/2013 de 23 de Dezembro.

(p) Imparidade de Activos não financeiros

A Companhia avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a EMOSE estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.



A cada data de relato, a Companhia reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e são revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Para os investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados, o justo valor deverá ser determinado recorrendo a modelos de avaliação a partir de dados observáveis no mercado, caso contrário deverão permanecer ao custo.

(q) Locações

A determinação de se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (m) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

(r) Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados a ganhos e perdas na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a EMOSE tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

Benefícios de pós-emprego

A EMOSE tem duas apólices de seguro de vida – grupo, subscritas na própria Companhia, para fazer face aos compromissos de reforma dos trabalhadores das extintas Companhias de Seguros Náuticos e Lusitana e dos trabalhadores admitidos após a constituição da Companhia. Estes compromissos de reforma encontram-se materializados num plano de benefícios definidos, estabelecido aquando da integração e extinção destas companhias de seguros.



Um plano de benefícios definido é um plano de benefícios pós-emprego em que a EMOSE assumiu uma obrigação legal ou construtiva de proporcionar aos seus actuais e ex-trabalhadores os benefícios acordados, não dependendo assim das contribuições efectuadas pelos trabalhadores durante o período que estiveram activos.

O valor líquido das responsabilidades da EMOSE relativamente aos planos de benefícios definidos é calculado de acordo com a estimativa do valor dos benefícios económicos futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado à data de reporte. O cálculo das responsabilidades é feito anualmente por um actuário independente aquando da avaliação das provisões matemáticas da Companhia em referência à data de balanço.

(s) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular aquele montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício económico, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício económico, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

(t) Contratos de seguro



A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, co-seguro, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no período a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Tal como referido para os ganhos decorrentes de contratos de seguro, as comissões de administração cobradas aos tomadores de seguro são reconhecidas como ganho quando incorridas, independentemente do momento do seu recebimento.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do período de doze meses findo à data do relato, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método pro-rata temporis para o seguro directo e do método da percentagem global para o resseguro aceite e cedido. A Provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no Balanço deduzida dos Custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do período, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)



A provisão para IBNR é calculada com base na legislação em vigor. De acordo com o Decreto n.º 30/2011 a provisão poderá ser calculada para os ramos não-vida pelo correspondente a 5% dos custos com sinistros ocorridos e declarados no exercício, e para o ramo vida pelo correspondente a 1% dos custos com sinistros deduzidos dos respectivos vencimentos e resgates e das importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima. A quota-parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

(u) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente: o ramo vida, os ramos não vida, os investimentos e a área não técnica.

2.5. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que o Conselho de Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos períodos seguintes.

Estimativas e pressupostos



As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a EMOSE necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos segurados. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador de seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da Companhia, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A EMOSE procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Imparidade de contas a receber

A Companhia, reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas do Conselho de Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a Companhia, efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

No que respeita à imparidade sobre prémios em cobrança, a Companhia, relativamente aos prémios não anulados por falta de pagamento, utiliza o método de percentagem de receita líquida gerado para cada um dos ramos com recibos pendentes de cobrança.

O Conselho de Administração considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.



Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A Companhia, reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, nomeadamente para os edifícios de uso próprio, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Companhia.

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível no mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos a cerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras. No entanto, quando o justo valor não pode ser razoavelmente determinado com base nas técnicas de avaliação, o instrumento financeiro é mensurado ao custo.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em que a EMOSE é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda do Conselho de Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão periódica.

Justo valor das propriedades de investimento e reavaliação dos edifícios de uso próprio

A EMOSE reconhece as propriedades de investimento ao justo valor, sendo as variações no justo valor reconhecidas nos ganhos e perdas do exercício. Adicionalmente, os edifícios de uso próprio são mensurados de acordo com o modelo da revalorização, sendo as alterações no valor reavaliado dos edifícios reconhecidas em capital próprio. A determinação do valor de reavaliação é feita através do recurso a peritos independentes. O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base no modelo de reposição depreciado, tendo igualmente em consideração outros parâmetros auxiliares de ajuste e correcção de avaliação, tais como:

- (i) A determinação da vida útil dos edifícios;
- (ii) A depreciação anual durante a vida útil do edifício;
- (iii) Um coeficiente Kfc em % de (0) zero a (1) um para o estado de conservação e / obsolescência;
- (iv) Reparações e investimentos que prolonguem a vida útil do imóvel;
- (v) Localização, acessibilidade, factores de valorização, etc.



Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela EMOSE com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que o Conselho de Administração efectue julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.6. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas.

3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de ramo vida, ramo não vida, investimentos e área não técnica.

A definição destes segmentos de negócios foi efectuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com excepção dos Activos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos (que já estavam registados por ramos de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticais)

Balanco por segmentos:

	31-Dez-2018			31-Dez-2017	
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de gestão de investimentos	Total	Total
ACTIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	475 000 000	1 680 096 145	-	2 155 096 145	729 008 063
Activos financeiros disponíveis para venda	499 057 880	965 758 012	-	1 464 815 892	1 200 056 626
Empréstimos e contas a receber	-	2 600 000	23 036	2 623 036	1 329 799 972
Investimentos a deter até a maturidade	222 451 000	-	-	222 451 000	180 148 377
Edifícios	668 309 942	1 834 056 285	2 996 715 634	5 499 081 862	5 328 035 674
Outros activos tangíveis e intangíveis	-	-	175 169 447	175 169 447	221 561 671
Provisões técnicas de resseguro cedido	14 795 305	474 784 510	-	489 579 814	640 057 471
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	244 062 118	1 462 339 727	350 666 802	2 057 068 647	2 205 224 382
Activos por impostos	15 018 553	93 987 278	-	109 005 831	213 453 716
Acréscimos e diferimentos	1 992 793	12 471 056	-	14 463 850	21 142 181
Outros elementos do activo	3 107 311	19 445 796	-	22 553 107	30 591 863
Total do activo	2 143 794 903	6 545 538 809	3 522 574 918	12 211 908 632	12 099 079 997
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
PASSIVO					
Provisões técnicas	1 647 199 122	2 363 505 582	-	4 010 704 704	4 279 944 587
Empréstimos bancários	-	-	-	-	764 627
Outros credores por operações de seguros e outras operações	121 922 529	766 381 173	73 054 278	961 357 980	1 194 723 405
Passivos por impostos	38 290 291	239 623 629	2 075 265 809	2 353 179 729	2 197 564 595
Outros passivos correntes	3 853 684	24 116 654	-	27 970 338	80 568 268
Outros passivos	10 652 740	66 665 674	-	77 318 414	113 209 889
Outras provisões	-	34 839 531	-	34 839 531	17 666 541
Total do passivo	1 821 918 366	3 495 132 245	2 148 320 086	7 465 370 697	7 884 441 912
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	124 000 000	33 000 000	-	157 000 000	157 000 000
Acções próprias	(3 256 740)	-	-	(3 256 740)	(3 256 740)
Desconto de emissão	(58 378 060)	-	-	(58 378 060)	(58 378 060)
Reservas de reavaliação	689 964 456	619 761 601	57 559 574	1 367 285 631	1 155 504 264
Outras reservas	-	-	2 138 578 709	2 138 578 709	2 138 578 709
Resultados transitados	-	-	848 063 692	848 063 692	1 649 153 369
Resultados do exercício	(325 609 280)	334 044 318	288 809 663	297 244 702	(823 963 457)
Total do Capital Próprio	488 355 177	986 805 919	3 333 011 639	4 746 537 935	4 214 638 085
Total do Passivo e do Capital Próprio	2 310 273 543	4 481 938 164	5 481 331 725	12 211 908 632	12 099 079 997



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticais)

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Ganhos e perdas por segmentos:

31.12.2018

GANHOS E PERDAS	Ramo Vida	Ramos não Vida	Serviços de gestão de investimentos	Totais do Exercício	Valores em Meticais
					Totais do Exercício anterior
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	359 945 011	1 628 668 412	-	1 988 613 423	1 812 506 320
Prémios brutos emitidos	399 604 732	2 500 757 567	-	2 900 362 299	2 988 459 601
Prémios de resseguro cedido	(39 659 722)	(954 090 877)	-	(993 750 599)	(1 168 920 696)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	118 626 903	-	118 626 903	(63 502 826)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	(36 625 181)	-	(36 625 181)	56 470 240
Custos com sinistros líquidos de resseguro	218 603 752	467 482 158	-	686 085 910	927 930 780
Montantes pagos					
Montantes brutos	203 926 761	1 130 047 600	-	1 333 974 360	1 203 692 299
Parte dos resseguradores	(10 420 127)	(477 141 313)	-	(487 561 440)	(460 543 690)
Provisão para sinistros (variação)					
Montante bruto	28 168 593	(286 240 734)	-	(258 072 141)	187 417 266
Parte dos resseguradores	(3 071 475)	100 816 605	-	97 745 131	(2 635 095)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(53 560 144)	-	(53 560 144)	44 091 416
Provisão matemática do ramo vida líquida de resseguro	123 900 000	11 000 000	-	134 900 000	364 104 061
Montante bruto.	130 800 000	11 000 000	-	141 800 000	341 089 790
Parte dos resseguradores,	(6 900 000)	-	-	(6 900 000)	23 014 271
Custos de exploração líquidos					
Custos de aquisição	140 472 629	268 495 265	-	408 967 893	325 342 053
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	13 342 713	-	13 342 713	(7 096 522)
Custos administrativos	109 731 609	506 517 538	-	616 249 147	600 565 713
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(3 470 720)	(81 225 353)	-	(84 696 073)	(90 281 882)
Ganhos líquidos em activos ao justo valor através de resultados	-	-	-	106 660 755	(922 259 467)
Rendimentos					
Outros	-	-	537 652 453	537 652 453	627 595 086
Custos financeiros					
Outros.	16 959 010	76 727 809	-	93 686 820	91 502 081
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)					
De depósitos em instituições financeiras	-	-	1 975 514	1 975 514	12 384 155
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(79 358 010)	(85 844 108)	(41 089 377)	(206 291 495)	(251 021 023)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(5 326 088)	(5 326 088)	(41 447 688)
Resultado antes de imposto	(325 609 280)	334 044 318	493 212 501	608 308 295	(1 018 400 318)
Impostos correntes	-	-	(227 488 673)	(227 488 673)	(100 220 893)
Impostos diferidos	-	-	(83 574 920)	(83 574 920)	294 657 754
Resultado líquido do exercício	(325 609 280)	334 044 318	182 148 908	297 244 702	(823 963 457)



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica de caixa e equivalentes de caixa decompõem-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Caixa	695 063	-
Depósitos à ordem	2 104 022 126	729 008 063
	<u>2 104 717 189</u>	<u>650 904 158</u>
Imparidade em depósitos à ordem	-	(12 384 155)
Valor de balanço	<u>2 104 717 189</u>	<u>638 520 003</u>

A imparidade em depósitos à ordem está associada a valor integral dos depósitos junto do Nosso Banco em processo de liquidação.

4.2. Investimentos em filiais e associadas

Os investimentos em filiais e associadas apresentam-se como se segue:

	<u>31-Dez-2017</u>	<u>31-Dez-2016</u>
SMI - Sociedade de Manutenção Imobiliária	5 320 000	5 320 000
Sociedade de Gestão de Empreendimentos Imobiliários - IMENSIS	2 129 029	2 129 029
	<u>7 449 029</u>	<u>7 449 029</u>
Imparidade em investimentos	(7 449 029)	(7 449 029)
Valor de balanço	<u>-</u>	<u>-</u>

As percentagens de participação nas filias acima referidas são de 80% e 51%, para a SMI – Sociedade de Manutenção Imobiliária e IMENSIS – Sociedade de Gestão de Empreendimentos Imobiliários, respectivamente.

Sempre que exista informação fiável, os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são mensurados ao justo valor, sendo que, na sua impossibilidade são reconhecidos pelo seu custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

**4.3. Activos financeiros disponíveis para venda**

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Açucareira de Moçambique	46 691	84 554
Banco Internacional de Moçambique	1 265 758 012	1 043 855 738
Banco Standard Totta de Moçambique	55	41
Sociedade de Noticias	1 842 104	2 158 478
Cimentos de Moçambique	31 947 230	3 058 061
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	38 792 978	40 847 137
Sogir SA	304 123	304 123
Mozre (ZIMRE)	13 634 635	14 648 981
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	98 968 513	85 958 320
SOCIMO - Sociedade de Comércio e Indústria de Moçambique	6 127 355	2 791 215
Novo Sommerchild	357 000	357 000
Sociedade Moçambique Previdente-SGFP	6 908 258	5 992 977
Tintas CIN Moçambique	848	-
Liberty Blue Consultancy, Lda.	128 091	-
	<u>1 464 815 892</u>	<u>1 200 056 626</u>
Varição no justo valor	<u>264 759 266</u>	<u>120 209 660</u>



Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se mensurados ao justo valor, com excepção das participações financeiras discriminadas no quadro a seguir, para as quais não foi possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

	% de participação	Quantia escriturada	
		31-Dez-2018	31-Dez-2017
Custo histórico			
Banco Standard Totta de Moçambique	0,00%	55	41
Sogir SA	2,50%	304 123	304 123
Zep- Re (Companhia de Resseguros PTA)	1,70%	98 968 513	85 958 320
Novo Sommerchild	25,00%	357 000	357 000
		99 629 692	86 619 484
Justo valor			
Açucareira de Moçambique	0,01%	46 691	84 554
Banco Internacional de Moçambique	4,15%	1 265 758 012	1 043 855 738
Sociedade de Notícias	3,40%	1 842 104	2 158 478
Cimentos de Moçambique	1,66%	31 947 230	3 058 061
Mozre (ZIMRE)	10,00%	13 634 635	14 648 981
SOCIMO - Sociedade de Comércio e Indústria de Moçambique	10,00%	6 127 355	2 791 215
Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Maputo	10,00%	38 792 978	40 847 137
Sociedade Moçambique Previdente-SGFP	40,00%	6 908 258	5 992 977
Tintas CIN Moçambique	0,01%	848	-
		1 365 186 200	1 113 437 142
		1 464 815 892	1 200 056 626

O total de ganhos provenientes de ajustamentos de justo valor em 31 de Dezembro de 2018 ascendeu a 264 759 266 Meticais (2017: 120 209 660 Meticais), tendo o ganho sido reconhecido no Capital próprio na rubrica de reservas de reavaliação – ajustamentos no justo valor de activos financeiros.



4.4. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de Empréstimos e contas a receber é essencialmente constituída pelos depósitos a prazo existentes no fim do ano.

A decomposição dos depósitos a prazo por moeda é como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Dólares Norte-Americanos	-	208 758 134
Rands	-	121 486 200
Metical (i)	2 600 000	999 532 603
Valor de balanço	<u>2 600 000</u>	<u>1 329 776 937</u>

(i) Corresponde a 1 (um) depósito em Meticais, constituído nas seguintes modalidades:

- BIM – 2 600 000 Meticais em 14 de Dezembro de 2018 por um período de 180 dias e rende juros a uma taxa anual de 8%;

4.5. Investimentos a deter até à maturidade

Os saldos desta rubrica decompõem-se como se segue:

		<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Obrigações CPC 2014 - 1ª série		-	35 000 000
Obrigações- Petromoc 2015	(a)	92 451 000	92 451 000
Obrigações - Bayport 2016	(b)	50 000 000	50 000 000
Bilhetes do Tesouro do Banco de Moçambique tipo "B"		-	2 697 377
Obrigações Bayporte 2018 - 1ª série	(c)	80 000 000	-
		<u>222 451 000</u>	<u>180 148 377</u>

- (a) As Obrigações Petromoc 2015 - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 17 de Julho de 2020 e rende juros a uma taxa anual indexada a FPC + 6,5%. Os juros são pagos trimestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.
- (b) Obrigações - Bayport 2016 - foram adquiridas pelo prazo de 5 anos, tendo o seu vencimento em 07 de Abril de 2021 e rende juros a uma taxa anual indexada a FPC + 9,25%. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.



- (b) Obrigações Bayport 2018 – 1ª série, foram adquiridas pelo prazo de 3 anos, tendo o seu vencimento em 17 de Julho de 2021 e rende juros a uma taxa anual variável e igual a média da taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro com maturidade igual ou superior a 360 dias, acrescida de uma margem. Os juros são pagos semestralmente sendo que o capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

4.6. Activos tangíveis e intangíveis

O movimento ocorrido na rubrica de activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2017	Aquisições	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2018
Activo bruto						
Edifícios	857 922 011	-	70 698 881	9 622 953	-	938 243 846
Equipamento Administrativo	33 630 530	3 183 968	-	(4 009 297)	-	32 805 201
Máquinas e Ferramentas	236 171	4 600	-	-	-	240 771
Hardware	49 039 687	4 205 046	-	66 805 605	-	120 050 338
Instalações Interiores	4 608 329	3 316 084	-	-	-	7 924 413
Material de Transporte	114 722 512	8 725 811	-	1 736 822	(4 385 392)	120 799 753
Outro Equipamento	33 097 029	6 651 719	-	2 272 475	-	42 021 223
Investimentos em curso	546 644	1 320 957	-	-	-	1 867 601
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	1 793 572	-	-	-	-	1 793 572
	1 095 596 485	27 408 186	70 698 881	76 428 559	(4 385 392)	1 265 746 718
	31-Dez-2017	Depreciações do exercício	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2018
Depreciações acumuladas						
Edifícios	131 845 195	34 038 067	-	-	-	165 883 262
Equipamento Administrativo	13 446 215	2 290 064	-	-	-	15 736 279
Máquinas e Ferramentas	213 974	4 857	-	-	-	218 831
Hardware	27 541 978	32 604 828	-	-	-	60 146 806
Instalações Interiores	4 109 480	213 148	-	-	-	4 322 628
Material de Transporte	95 175 357	18 035 601	-	-	(3 688 535)	109 522 423
Outro Equipamento	17 865 814	2 392 511	-	-	-	20 258 325
	290 198 014	89 579 076	-	-	(3 688 535)	376 088 555
Valor líquido	805 398 470	-	-	-	-	889 658 163

O movimento ocorrido nos edifícios de uso próprio, em referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, considerando o seu custo de aquisição e as revalorizações do exercício, apresenta-se como segue:

	31-Dez-2018			
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização acumulado	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2018
Edifícios de uso próprio	120 303 533	747 241 432	70 698 881	938 243 846
	120 303 533	747 241 432	70 698 881	938 243 846



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2017			Saldo final 31-Dez-2017
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização acumulado	Excedente de revalorização do exercício	
Edifícios de uso próprio	110 680 579	768 336 718	(21 095 286)	857 922 011
	110 680 579	768 336 718	(21 095 286)	857 922 011

O movimento registado na rubrica de activos tangíveis em 31 de Dezembro de 2017, é analisado como segue:

	31-Dez-2016	Aquisições	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2017
Activo bruto						
Edifícios	874 338 271	-	(21 095 286)	4 679 025	-	857 922 011
Equipamento Administrativo	22 425 645	16 709 381	-	-	(5 504 496)	33 630 530
Máquinas e Ferramentas	226 191	9 980	-	-	-	236 171
Hardware	48 970 976	68 711	-	-	-	49 039 687
Instalações Interiores	4 552 853	55 476	-	-	-	4 608 329
Material de Transporte	122 119 713	-	-	5 180 000	(12 577 201)	114 722 512
Outro Equipamento	25 037 404	8 059 625	-	-	-	33 097 029
Investimentos em curso	1 867 601	13 055 280	-	(14 376 238)	-	546 644
Adiantamentos por conta de activos tangíveis	14 356 148	1 360 630	-	(5 180 000)	(8 743 206)	1 793 572
	1 113 894 803	39 319 083	(21 095 286)	(9 697 212)	(26 824 903)	1 095 596 485

	31-Dez-2016	Depreciações do exercício	Reavaliação	Transferências / regularizações	Abates / Alienações	31-Dez-2017
Depreciações acumuladas						
Edifícios	95 429 374	36 415 821	-	-	-	131 845 195
Equipamento Administrativo	12 182 137	1 264 078	-	-	-	13 446 215
Máquinas e Ferramentas	212 347	1 627	-	-	-	213 974
Hardware	24 853 730	2 688 248	-	-	-	27 541 978
Instalações Interiores	4 109 480	-	-	-	-	4 109 480
Material de Transporte	99 458 771	8 293 788	-	-	(12 577 202)	95 175 357
Outro Equipamento	16 260 604	1 605 210	-	-	-	17 865 814
	252 506 444	50 268 772	-	-	(12 577 202)	290 198 014
Valor líquido	861 388 359					805 398 470



O movimento registado na rubrica de activos intangíveis em 31 de Dezembro de 2018 é analisado como segue:

	31-Dez-2017	Aquisição	Venda / Abate	Transferências / regularizações	31-Dez-2018
Activo bruto					
Software	177 682 890	2 057 545	-	(66 805 605)	112 934 829
Intangíveis em curso	-	1 871 275	-	-	1 871 275
	<u>177 682 890</u>	<u>2 057 545</u>	<u>-</u>	<u>(66 805 605)</u>	<u>114 806 104</u>
	31-Dez-2017	Depreciações do exercício	Venda / Abate	Transferências / regularizações	31-Dez-2018
Depreciações acumuladas					
Software	35 442 874	21 491 364	-	-	56 934 237
	<u>35 442 874</u>	<u>21 491 364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56 934 237</u>
Valor líquido	<u>142 240 016</u>				<u>57 871 867</u>

As transferências efectuadas no Software respeitam essencialmente a equipamento Hardware para os activos tangíveis.

O movimento registado na rubrica de activos intangíveis em 31 de Dezembro de 2017 é analisado como segue:

	31-Dez-2017	Aquisição	Transferências / regularizações	31-Dez-2017
Activo bruto				
Software	173 641 392	4 041 498	-	177 682 890
	<u>173 641 392</u>	<u>4 041 498</u>	<u>-</u>	<u>177 682 890</u>
	31-Dez-2017	Depreciações do exercício	Transferências / regularizações	31-Dez-2017
Depreciações acumuladas				
Software	35 442 874	-	-	35 442 874
	<u>35 442 874</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35 442 874</u>
Valor líquido	<u>138 198 519</u>			<u>142 240 016</u>



4.7. Propriedades de investimento

	31-Dez-2017	Aumentos / Transferências	Avaliação Justo valor	31-Dez-2018
Propriedades de investimento	4 601 958 858	18 101 665	106 660 755	4 726 721 278
	4 601 958 858	18 101 665	106 660 755	4 726 721 278

	31-Dez-2016	Aumentos / Transferências	Avaliação Justo valor	31-Dez-2017
Propriedades de investimento	5 524 218 325	9 697 212	(931 956 679)	4 601 958 858
	5 524 218 325	9 697 212	(931 956 679)	4 601 958 858

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento, em referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, considerando o seu custo de aquisição e as revalorizações do exercício, apresenta-se como segue:

	31-Dez-2018			
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização acumulado	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2016
Propriedades de investimento	319 625 617	4 300 434 906	106 660 755	4 726 721 278
	319 625 617	4 300 434 906	106 660 755	4 726 721 278

	31-Dez-2017			
	Custo de aquisição	Excedente de revalorização acumulado	Excedente de revalorização do exercício	Saldo final 31-Dez-2017
Propriedades de investimento	301 523 952	5 232 391 585	(931 956 679)	4 601 958 858
	301 523 952	5 232 391 585	(931 956 679)	4 601 958 858

**4.8. Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido decompõem-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Provisão para prémios não adquiridos (PPNA)	170 593 983	207 219 164
Provisão matemática do ramo vida	13 500 000	6 600 000
Provisão para sinistros	305 485 831	426 238 307
	<u>489 579 814</u>	<u>640 057 471</u>

A 31 de Dezembro de 2018, o valor de cada uma das provisões técnicas de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição por ramos:

	<u>PPNA</u>	<u>Provisão matemática do ramo vida</u>	<u>Provisão para sinistros</u>
Ramo Vida	-	13 500 000	1 295 305
Acidentes de Trabalho	-	-	1 211 324
Acidentes Pessoais e Doença	66 097 505	-	2 930 808
Incêndio e Elementos da Natureza	57 119 892	-	1 099 383
Automóvel	5 114 336	-	211 901
Marítimo	4 269 648	-	6 164 861
Aéreo	28 267 806	-	285 473 039
Transportes	23 835	-	97
Responsabilidade Civil Geral	1 450 646	-	412
Diversos	8 250 314	-	7 098 701
Ramos Não-vida	<u>170 593 983</u>	-	<u>304 190 527</u>
	<u>170 593 983</u>	<u>13 500 000</u>	<u>305 485 831</u>



A 31 de Dezembro de 2017, o valor de cada uma das provisões técnicas de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição por ramos:

	PPNA	Provisão matemática do ramo vida	Provisão para sinistros
Ramo Vida	-	6 600 000	1 295 305
Acidentes de Trabalho	-	-	1 209 355
Acidentes Pessoais e Doença	76 910 147	-	2 930 808
Incêndio e Elementos da Natureza	55 427 155	-	135 218 497
Automóvel	7 741 920	-	211 901
Marítimo	5 398 063	-	5 891 092
Aéreo	36 539 148	-	273 031 065
Transportes	30 688	-	97
Responsabilidade Civil Geral	801 732	-	412
Diversos	24 370 310	-	6 449 774
Ramos Não-vida	207 219 164	-	424 943 003
	207 219 164	6 600 000	426 238 307

4.9. Valores a receber por operações de seguro directo

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como se segue:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Tomadores de seguro	3 225 133 280	3 240 452 556
Mediadores de seguro	70 501 000	57 883 365
Co-seguradores	6 579 367	7 149 314
	3 302 213 647	3 305 485 235
Imparidade em valores a receber por operações de seguro directo	(1 614 972 221)	(1 449 770 103)
	1 687 241 426	1 855 715 132



As perdas por imparidade reconhecidas nos valores a receber por operações de seguro directo foram as seguintes:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
A 1 de Janeiro	1 449 770 103	1 230 945 651
Reforço	197 564 635	293 171 487
Reversão	(32 362 517)	(74 347 036)
A 31 de Dezembro	1 614 972 221	1 449 770 103

4.10. Valores a receber por operações de resseguro

Os valores a receber por operações de resseguro são analisados como se segue:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Contas a receber por operações de resseguro	9 022 219	9 563 696
	9 022 219	9 563 696

4.11. Valores a receber por outras operações

Os valores a receber por outras operações são analisados conforme tabela seguinte:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Valores a receber do pessoal	10 320 872	13 277 536
Rendas de imóveis	505 660 597	440 797 292
Empréstimos hipotecários	104 477	104 477
Devedores por valores em depósito	22 767 397	8 931 715
Companhia de seguros Fidelidade	38 459 312	38 210 119
Estado (Empréstimo LAM) a)	314 539	314 539
GETCOOP	3 185 682	3 185 682
Salvados	2 778 655	1 321 106
Outros valores a receber por outras operações	-	17 475 734
	583 591 531	523 618 199
Imparidade em valores a receber por outras operações	(222 786 528)	(183 672 645)
	360 805 002	339 945 553



- a) A rubrica Estado (Empréstimo LAM) no valor de 314 539 Meticais é relativo ao remanescente do valor adiantado ao accionista Estado, para pagamento do resseguro da frota das Linhas Aéreas de Moçambique, junto da respectiva resseguradora no estrangeiro, na sequência dos eventos ocorridos em 11 de Setembro de 2001. Este adiantamento que não vence juros, será amortizado através dos dividendos futuros a entregar ao accionista.

As perdas por imparidade reconhecidas nos valores a receber por outras operações tiveram o seguinte movimento:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
A 1 de Janeiro	183 672 645	169 142 615
Reforço	41 089 378	14 530 030
Reversão	(1 975 494)	-
A 31 de Dezembro	<u>222 786 528</u>	<u>183 672 645</u>

As perdas por imparidade reconhecidas no valor de 184 327 216 Meticais incluem 162 577 505 Meticais relativo a valores a receber das rendas em cobrança de imóveis que estavam sob gestão da IMENSIS até Outubro de 2016. O valor da imparidade constituída até 31 de Dezembro de 2018 relativo a Imensis, corresponde ao valor líquido entre o valor da dívida da Imensis à Emose no montante de 237 828 016 Meticais e o valor das comissões a pagar a Imensis pela gestão dos imóveis no valor de 73 054 278 Meticais deduzido das reversões do período no valor de 1 975 494 Meticais (Nota 4.16). Adicionalmente, foi constituída uma imparidade no valor de 38 459 313 Meticais relacionados com o valor das rendas sob gestão da Fidelidade em Portugal em que as partes estão em contencioso, sendo que, a Fidelidade condiciona a transferência dos valores das rendas para a Emose (Vide a nota 4.28).

4.12. Outros elementos do activo

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Valores a regularizar - Movimento de bancos	1 228 320	872 820
Valores a regularizar - Diferenças de caixa	362 257	235 046
Correspondentes	10 859 601	13 913 811
Outros	10 102 929	15 570 186
	<u>22 553 107</u>	<u>30 591 863</u>



4.13. Capital social

O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado, tendo como accionistas as seguintes entidades, pelas respectivas percentagens:

	31-Dez-2018			31-Dez-2017		
	Nº Acções	Valor	% de participação	Nº Acções	Valor	% de participação
Estado Moçambicano	61 230 000	61 230 000	39%	61 230 000	61 230 000	39%
IGEPE	48 670 000	48 670 000	31%	48 670 000	48 670 000	31%
GETCOOP	31 400 000	31 400 000	20%	31 400 000	31 400 000	20%
Outros	15 700 000	15 700 000	10%	15 700 000	15 700 000	10%
	157 000 000	157 000 000	100%	157 000 000	157 000 000	100%

De acordo com o Boletim da República III Série – Número 24 datado de 19 de Junho de 2012, o número total de Acções representativas do Capital social é de 157 000 000 de 1 Metical cada.

4.14. Outras reservas

O saldo desta rubrica apresenta-se como segue:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Reserva legal	288 838 355	288 838 355
Reserva estatutária	1 847 866 818	1 847 866 818
Outras reservas	1 873 537	1 873 537
	2 138 578 709	2 138 578 709

Reserva Legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:



- a) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art.º n.º 15 do mesmo decreto; e
- b) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

O capital social mínimo aplicável à EMOSE é de 100 000 000 de Meticais, tendo em 31 de Dezembro de 2018 a Reserva legal da Companhia alcançado os 289% do capital social mínimo exigido.

4.15. Provisões técnicas

As provisões técnicas apresentam a seguinte decomposição:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Provisão para prémios não adquiridos	566 380 164	671 669 510
Provisão matemática do ramo vida	1 566 900 000	1 436 100 000
Provisão para sinistros	1 852 660 886	2 093 752 234
Provisão para riscos em curso	953 507	60 367 704
Provisão para desvios de sinistralidade	23 810 147	18 055 139
	4 010 704 704	4 279 944 587

A 31 de Dezembro de 2018, a Provisão para prémios não adquiridos decompõe-se por ramo da seguinte forma:

	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes de Trabalho	37 695 398	(2 646 025)	35 049 373
Acidentes Pessoais e Doença	4 040 253	(2 469)	4 037 784
Incêndio e Elementos da Natureza	78 895 766	(8 486 443)	70 409 324
Automóvel	444 905 513	(26 318 592)	418 586 921
Marítimo	2 332 245	(260 875)	2 071 370
Aéreo	10 049 520	(8 918)	10 040 602
Transportes	499 205	(18 889)	480 315
Responsabilidade Civil Geral	3 526 261	(323 436)	3 202 825
Diversos	23 032 542	(530 892)	22 501 650
	604 976 703	(38 596 539)	566 380 164



A 31 de Dezembro de 2017, a Provisão para prémios não adquiridos decompõe-se por ramo da seguinte forma:

	<u>Prémios não adquiridos</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Provisão para prémios não adquiridos</u>
Acidentes de Trabalho	40 811 710	(3 382 393)	37 429 317
Acidentes Pessoais e Doença	3 091 126	(975)	3 090 151
Incêndio e Elementos da Natureza	81 188 667	(6 842 540)	74 346 127
Automóvel	539 657 396	(37 823 838)	501 833 558
Marítimo	2 369 577	(278 765)	2 090 812
Aéreo	14 103 271	(3 762)	14 099 509
Transportes	517 044	(56 610)	460 434
Responsabilidade Civil Geral	8 366 880	(1 065 839)	7 301 040
Diversos	33 497 936	(2 479 374)	31 018 562
	<u>723 603 606</u>	<u>(51 934 096)</u>	<u>671 669 510</u>

A decomposição da provisão matemática por ramo apresenta-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Individual	1 086 900 000	1 100 900 000
Grupo	480 000 000	335 200 000
	<u>1 566 900 000</u>	<u>1 436 100 000</u>

A EMOSE tem duas apólices de seguro de vida – grupo, subscritas na própria Companhia, para fazer face aos compromissos de reforma dos trabalhadores das extintas Companhias de Seguros Náuticos e Lusitana e dos trabalhadores admitidos após a constituição da Companhia. Estes compromissos de reforma encontram-se materializados num plano de benefícios definidos estabelecido aquando da integração e extinção destas companhias de seguros, sendo que o valor da responsabilidade reconhecido em 31 de Dezembro de 2018 é de aproximadamente 93 milhões de Meticais (2017: 69 milhões de Meticais).



A decomposição da provisão para sinistros por ramo apresenta-se como se segue:

	31-Dez-2018	31-Dez-2017
Ramo Vida	80 299 122	45 984 957
Acidentes de Trabalho	721 000 403	747 902 555
Acidentes Pessoais e Doença	33 607 927	24 494 692
Incêndio e Elementos da Natureza	4 769 429	155 965 937
Automóvel	685 538 311	794 424 225
Marítimo	6 865 073	6 562 369
Aéreo	292 083 190	279 351 917
Transportes	15 851 836	13 483 639
Responsabilidade Civil Geral	278 837	1 157 899
Diversos	12 366 758	16 800 607
Ramos Não-vida	1 772 361 764	2 040 143 840
	1 852 660 886	2 093 752 234

**4.16. Outros Credores por operações de seguros e outras operações**

Os valores a pagar por operações de seguro directo, resseguro e outras operações são analisados como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	205 560 711	420 966 813
Mediadores de seguro	219 079 091	191 062 809
Co-seguradores	3 380 479	10 137 243
	<u>428 020 280</u>	<u>622 166 866</u>
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	<u>259 198 327</u>	<u>319 494 673</u>
Valores a pagar por outras operações		
Sindicato	780 666	660 832
Credores por valores em depósito	25 098 128	23 021 999
Recibos provisórios de rendas	461 951	337 884
Imensis - Comissões de gestão	73 054 278	73 054 278
Alexander Forbes Jardine	3 924 151	3 924 151
Liberty Blue Consultance	25 042 176	7 389 042
KPMG	-	71 953
Ernst & Young	5 008 004	4 839 029
Fadata	905 610	746 881
Estado Moçambicano	137 615 009	137 615 009
Outros valores a pagar por outras operações	2 249 399	1 400 808
	<u>274 139 373</u>	<u>253 061 866</u>
	<u>961 357 980</u>	<u>1 194 723 405</u>

O valor de 137 615 009 Meticais a pagar ao Estado Moçambicano resultam da venda de parte das suas acções na EMOSE em 2011 cujo cheque ainda não foi descontado.

**4.17. Outros passivos correntes**

Esta rubrica é analisada como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
<i>Acréscimos e diferimentos</i>		
Rendas e alugueres	3 663 786	2 624 101
Subsídio de férias	18 310 814	15 867 778
Outros acréscimos de custos	5 995 738	62 076 389
	<u>27 970 338</u>	<u>80 568 268</u>

4.18. Outros elementos do passivo

O saldo da rubrica de outros elementos do passivo decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Valores a regularizar - Movimento de bancos	50 378 956	91 323 229
Valores a regularizar - Contas efectivas	21 970 130	17 503 695
Valores a regularizar - Entregas a mais de segurados	4 400 840	3 830 555
Valores a regularizar - Outros	568 488	552 410
	<u>77 318 414</u>	<u>113 209 889</u>

**4.19. Impostos e taxas correntes e diferidos**

Os impostos sobre o rendimento, assim como os valores activos e passivos referentes a impostos sobre o rendimento e a outros impostos e taxas, decompõem-se como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Activos por impostos correntes e taxas		
IRPC	88 061 543	158 274 569
IRPS	5 194 388	5 038 818
IVA	-	5 060 019
Outros impostos e taxas	753 163	756 373
	<u>94 009 095</u>	<u>169 129 778</u>
Passivos por impostos correntes e taxas		
IRPC	34 882 594	27 300 037
Imposto de selo	196 679 026	205 974 807
Sobre taxa	10 823 456	16 134 104
IRPS	9 381 906	11 586 742
INSS	5 048 311	4 687 490
IVA	1 551 585	1 746 597
Outros	50 732	46 372
	<u>258 417 611</u>	<u>267 476 149</u>

Os impostos diferidos apresentam-se como segue:



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticals)

	31-Dez-2017	Ganhos e perdas		Capital próprio		31-Dez-2018
		Perdas	Ganhos	Aumento	Diminuição	
Impostos diferidos activos						
Diferenças de câmbio não realizadas	41 276 044	41 276 044	4 232 604	-	-	4 232 604
Edifícios de uso próprio	-	-	10 764 132	-	-	10 764 132
Provisões não aceites	3 047 893	3 047 893	-	-	-	-
	44 323 938	44 323 938	14 996 737	-	-	14 996 737

Impostos diferidos passivos						
Propriedades de investimento	1 346 370 489	34 131 442	-	-	-	1 380 501 931
Participações financeiras	358 196 233	-	-	84 722 967	-	442 919 200
Edifícios de uso próprio	226 141 691	-	-	25 702 987	-	251 844 678
Diferenças de câmbio não realizadas	(619 968)	20 736 245	619 968	-	-	19 496 310
	1 930 088 446	54 867 687	619 968	110 425 954	-	2 094 762 119
		83 574 920		110 425 954		

	31-Dez-2016	Ganhos e perdas		Capital próprio		31-Dez-2017
		Perdas	Ganhos	Aumento	Diminuição	
Impostos diferidos activos						
Diferenças de câmbio não realizadas	40 449 348	-	826 697	-	-	41 276 044
Provisões não aceites	3 047 893	-	-	-	-	3 047 893
	43 497 241	-	826 697	-	-	44 323 938

Impostos diferidos passivos						
Propriedades de investimento	1 638 390 410	-	(292 019 921)	-	-	1 346 370 489
Participações financeiras	319 406 704	-	-	-	38.789.529	358 196 233
Edifícios de uso próprio	242 899 814	-	(11 504 920)	-	(5 253 203)	226 141 691
Diferenças de câmbio não realizadas	(10 313 752)	9 693 784	-	-	-	(619 968)
	2 190 383 177	9 693 784	(303 524 841)	-	33 536 326	1 930 088 446
		(294 657 754)		33 536 326		



Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticals)

	31-Dez-2018		31-Dez-2017	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes do imposto		524 733 375		(798 088 445)
Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado líquido		-		165 091 461
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido		-		(77 101 238)
Imposto a pagar à taxa nominal	32,00%	167 914 680	32,00%	(227 231 431)
Correcções fiscais:				
Diferenças de câmbio não realizadas	2,52%	4 232 604	-4,31%	9 789 971
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	6,98%	11 714 229	-5,76%	13 098 671
Provisões ou perdas por imparidade não dedutíveis ou para além dos limites legais	7,33%	12 306 980	-3,19%	7 243 958
Realizações de utilidade social não enquadráveis	32,29%	54 213 541	-20,38%	46 316 239
Redução de valor de mercado de activos tangíveis de investimento	0,00%	-	-129,88%	295 123 029
Donativos não previstos ou além dos limites legais	0,08%	127 580	-0,19%	428 105
IRPC	0,00%	-	-14,11%	32 070 686
Impostos e encargos de responsabilidade de outrem	11,37%	19 091 657	-7,94%	18 048 430
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infracções	1,69%	2 835 524	-0,55%	1 258 005
50% das ajudas de custos e compensação pela utilização de viatura do trabalhador	0,51%	862 433	-0,31%	710 060
80% das despesas de representação	0,06%	95 087	-0,04%	87 668
Combustíveis consumidos em excesso ou em viaturas que não se provem pertencerem à empresa	0,96%	1 614 730	-0,09%	214 207
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	1,63%	2 744 600	-1,30%	2 953 758
Correcções nos casos de créditos de imposto	4,53%	7 611 818	-2,69%	6 117 690
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	-10,86%	24 672 396
Impostos Diferidos	15,93%	26 743 975	0,00%	-
Retenções na fonte a taxa liberatória de Obrigações de Tesouro	0,71%	1 199 036	-1,21%	2 738 809
Diferenças de caixa	0,00%	1 364	0,00%	3 693
Abate - Adiantamento para compra de activo	5,63%	9 453 433	-1,23%	2 797 826
Diferenças de câmbios não realizadas	-12,35%	(20 736 245)	4,60%	(10 442 048)
Aumento de valor do mercado de activos tangíveis de investimentos	-20,33%	(34 131 442)	0,00%	-
Rendimentos sobre obrigações de tesouro	-9,90%	(16 619 979)	5,44%	(12 370 567)
Impostos diferidos	0,00%	-	41,50%	(94 290 481)
Imposto efectivo a liquidar	150%	251 275 604	-52,52%	119 338 673
Prejuízos fiscais dedutíveis	0,00%	-	0,00%	-
Deduções:				
Dupla tributação económica	-14,17%	(23 786 931)	8,41%	(19 117 781)
Pagamento especial por conta	-0,06%	(100 000)	0,04%	(100 000)
Retenção na fonte	-38,25%	(64 232 679)	33,55%	(76 230 901)
Pagamentos por conta	-76,39%	(128 273 400)	22,67%	(51 511 481)
Total das deduções	-128,87%	(216 393 010)	64,67%	(146 960 162)
Imposto a pagar / (a recuperar)	-0,21	34 882 594	-0,12	(27 621 489)



4.20. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como se segue:

	31.12.2018			31.12.2017		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Não-vida						
Acidentes de Trabalho	168 043 641	-	168 043 641	168 066 610	-	168 066 610
Acidentes Pessoais e Doença	1089 433 064	(660 975 053)	428 458 011	1003 564 710	(769 101 472)	234 463 238
Incêndio e Elementos da Natureza	215 857 270	(158 010 490)	57 846 780	242 172 647	(144 012 667)	98 159 979
Automóvel	854 378 504	(14 206 515)	840 171 989	987 510 485	(21 505 359)	966 005 126
Marítimo	16 881 905	(11 584 333)	5 297 572	21 550 949	(15 485 300)	6 065 649
Aéreo	97 770 710	(78 521 684)	19 249 026	126 663 719	(101 497 633)	25 166 087
Transportes	4 500 515	(238 348)	4 262 167	4 170 249	(306 884)	3 863 365
Responsabilidade Civil Geral	10 149 555	(4 029 572)	6 119 983	19 554 317	(2 227 034)	17 327 283
Diversos	43 742 404	(26 524 882)	17 217 521	100 002 462	(73 870 393)	26 132 069
	<u>2 500 757 567</u>	<u>(954 090 877)</u>	<u>1 546 666 690</u>	<u>2 673 256 147</u>	<u>(1 128 006 743)</u>	<u>1 545 249 404</u>
Vida						
Individual	323 385 126	(17 466 763)	305 918 362	144 536 549	(10 604 926)	133 931 623
Grupo	73 135 554	(22 192 958)	50 942 596	167 480 076	(30 309 027)	137 171 049
Despesas de funeral	3 084 052	-	3 084 052	3 186 829	-	3 186 829
	<u>399 604 732</u>	<u>(39 659 722)</u>	<u>359 945 011</u>	<u>315 203 454</u>	<u>(40 913 953)</u>	<u>274 289 501</u>
	<u>2 900 362 299</u>	<u>(993 750 599)</u>	<u>1 906 611 701</u>	<u>2 988 459 601</u>	<u>(1 168 920 696)</u>	<u>1 819 538 905</u>

4.21. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros analisam-se como se segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de imóveis	172 773 749	198 208 863
Dividendos	86 226 562	72 536 626
Títulos de dívida	51 937 435	38 505 046
Depósitos a prazo	226 714 707	318 344 550
	<u>537 652 453</u>	<u>627 595 086</u>

Os rendimentos financeiros provenientes de rendas de imóveis são reconhecidos na Conta de Ganhos e Perdas da Companhia deduzidos dos gastos necessários à manutenção dos imóveis nas condições adequadas para o seu arrendamento, nomeadamente, gastos com manutenção ou reparação.



4.22. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros apresentam a seguinte decomposição por ramo:

Custos com sinistros, líquidos de resseguro	31.12.2018			31.12.2017		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Não-vida						
Acidentes de Trabalho	33 283 895	-	33 283 895	134 477 919	-	134 477 919
Acidentes Pessoais e Doença	684 906 822	(474 729 180)	210 177 642	516 604 989	(454 659 583)	61 945 406
Incêndio e Elementos da Natureza	(119 799 974)	119 248 847	(551 128)	54 940 098	(59 658 854)	(4 718 756)
Automóvel	218 279 693	-	218 279 693	564 990 000	-	564 990 000
Marítimo	622 806	(273 769)	349 038	(759 771)	(1 108 956)	(1 868 727)
Aéreo	16 612 238	(14 912 475)	1 699 764	(70 719 510)	69 814 793	(904 717)
Transportes	5 970 726	-	5 970 726	14 034 146	-	14 034 146
Responsabilidade Civil Geral	6 321 955	(4 977 577)	1 344 378	382 123	-	382 123
Diversos	(2 391 297)	(680 553)	(3 071 850)	18 257 538	(13 566 186)	4 691 353
	843 806 865	(376 324 707)	467 482 158	1 232 207 533	(459 178 785)	773 028 747
Vida						
Individual	117 096 484	(10 420 127)	106 676 357	54 561 260	-	54 561 260
Grupo	114 572 828	(3 071 475)	111 501 354	101 712 931	(4 000 000)	97 712 931
Despesas de funeral	426 042	-	426 042	2 627 842	-	2 627 842
	232 095 354	(13 491 602)	218 603 752	158 902 033	(4 000 000)	154 902 033
	1 075 902 219	(389 816 309)	686 085 910	1 391 109 565	(463 178 785)	927 930 780

**4.23. Custos de aquisição, líquidos de resseguro**

Os custos de aquisição, líquidos de resseguro, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Custos de aquisição	Comissões de resseguro	Custos de aquisição	Comissões de resseguro
Não-vida				
Acidentes de Trabalho	23 173 137	-	22 147 496	-
Acidentes Pessoais e Doença	28 937 161	(20 703 329)	20 850 291	(21 665 154)
Incêndio e Elementos da Natureza	33 379 748	(38 448 060)	38 349 603	(40 626 369)
Automóvel	173 291 873	-	111 547 720	-
Marítimo	3 532 059	(3 755 336)	2 226 618	(1 104 622)
Aéreo	1 054 008	(11 351 033)	2 077 085	(12 493 739)
Transportes	523 490	(77 463)	594 156	311 274
Responsabilidade Civil Geral	2 180 602	(866 096)	2 902 455	(551 785)
Diversos	2 423 188	(6 024 037)	6 747 427	(11 032 468)
	<u>268 495 265</u>	<u>(81 225 353)</u>	<u>207 442 851</u>	<u>(87 162 864)</u>
Vida				
Individual	1 073 065	(1 511 149)	655 079	(430 363)
Grupo	139 254 358	(1 959 571)	6 889	(2 688 654)
Despesas de funeral	145 206	-	117 237 234	-
	<u>140 472 629</u>	<u>(3 470 720)</u>	<u>117 899 202</u>	<u>(3 119 018)</u>
	<u>408 967 893</u>	<u>(84 696 073)</u>	<u>325 342 053</u>	<u>(90 281 882)</u>

**4.24. Custos administrativos**

Os custos administrativos são analisados como se segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Gastos com o pessoal	630 501 149	627 410 507
Remunerações da Direcção	33 368 744	29 106 495
Remuneração do Pessoal	340 234 364	336 374 797
Pensões de Reforma	546 000	20 806
Encargos sobre Remunerações	74 161 264	69 729 277
Seguros obrigatórios	102 922 288	105 100 148
Outros Custos com Pessoal	79 268 489	87 078 983
Fornecimento e Serviços de Terceiros	258 562 003	275 915 791
Conservação e Reparação	40 265 949	33 005 865
Publicidade e Propaganda	16 787 188	15 481 790
Combustíveis	11 898 452	10 185 525
Comunicação	11 849 314	10 239 411
Material de Escritório	19 102 242	17 567 372
Vigilância e Segurança	17 154 628	19 156 979
Consultoria e Auditoria	13 402 997	17 881 792
Deslocações e Estadas	13 547 269	9 804 077
Limpeza, Saúde e Conforto	14 416 554	13 035 722
Electricidade	12 193 432	10 659 425
Trabalhos especializados	44 214 429	89 354 149
Rendas e alugueres	5 291 660	4 568 898
Outros Fornecimento e Serviços de Terceiros	38 437 889	24 974 785
Impostos e Taxas	12 193 637	8 599 024
Depreciações e amortizações	81 528 461	50 268 772
Juros suportados	7 660 724	4 961 633
Total gastos imputáveis	990 445 975	967 155 727
Comissões de cobrança	10 039 883	8 510 493
Total gastos administrativos	1 000 485 858	975 666 220



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticais)

A 31 de Dezembro de 2018 a Companhia procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma:

	<u>Sinistros</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Administrativos</u>	<u>Investimentos</u>	<u>Total</u>
Gastos com o pessoal	97 034 127	87 891 860	385 929 753	59 645 409	630 501 149
Fornecimentos serviços de terceiros	39 792 692	36 043 543	158 265 802	24 459 966	258 562 003
Impostos e taxas	1 876 601	1 699 793	7 463 725	1 153 518	12 193 637
Depreciações e amortizações	12 547 230	11 365 068	49 903 571	7 712 592	81 528 461
Juros suportados	1 178 985	1 067 905	4 689 129	724 704	7 660 724
	<u>152 429 636</u>	<u>138 068 169</u>	<u>606 251 981</u>	<u>93 696 189</u>	<u>990 445 975</u>

A 31 de Dezembro de 2017 a Companhia procedeu à imputação dos gastos gerais a cada uma das funções da seguinte forma:

	<u>Sinistros</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Administrativos</u>	<u>Investimentos</u>	<u>Total</u>
Gastos com o pessoal	96 558 477	87 461 025	384 037 971	59 353 034	627 410 507
Fornecimentos serviços de terceiros	42 463 440	38 462 661	168 888 056	26 101 634	275 915 791
Impostos e taxas	1 323 390	1 198 704	5 263 462	813 468	8 599 024
Depreciações e amortizações	7 736 364	7 007 467	30 769 515	4 755 426	50 268 772
Juros suportados	763 595	691 652	3 037 016	469 370	4 961 633
	<u>148 845 266</u>	<u>134 821 508</u>	<u>591 996 020</u>	<u>91 492 932</u>	<u>967 155 727</u>

O número médio dos trabalhadores no exercício de 2018 ascende a 341 (2017: 358). O pessoal chave da sociedade tendo em conta os estatutos da Companhia é o Conselho de Administração.

**4.25. Outros rendimentos / gastos**

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como se segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Outros rendimentos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	102 459 246	77 619 671
Juros de depósitos	1 282 073	1 212 394
Outros rendimentos	29 616 229	12 141 361
	<u>133 357 548</u>	<u>90 973 426</u>
<u>Outros gastos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	52 468 890	104 804 725
Outros gastos	86 214 747	27 616 389
	<u>138 683 636</u>	<u>132 421 114</u>
	<u>(5 326 088)</u>	<u>(41 447 688)</u>

4.26. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros classificados como Activos financeiros disponíveis para venda e Investimentos a deter até à maturidade é analisado como se segue:

	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Instrumentos de capital	1 464 815 892	1 200 056 626
Investimentos a deter até à maturidade	239 442 449	1 518 025 212
	<u>1 704 258 342</u>	<u>2 718 081 838</u>



A tabela seguinte compara o justo valor dos instrumentos financeiros identificados em cima com a respectiva quantia escriturada:

	31-Dez-2018		31-Dez-2017	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Instrumentos de capital	80 720 681	1 464 815 892	80 720 681	1 200 056 626
Investimentos a deter até à maturidade	225 051 000	239 442 449	1 509 925 313	1 518 025 212
	305 771 681	1 704 258 342	1 590 645 995	2 718 081 838

De acordo com os requisitos da IFRS 7, a Companhia enquadrou a forma de obter o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor pelos seguintes níveis:

Nível 1

Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo.

Nível 2

Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.

Nível 3

Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

A tabela em baixo sumariza para cada classe qual o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:

	31-Dez-2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros			
Instrumentos de capital	-	-	1 464 815 892
Investimentos a deter até à maturidade	239 442 449	-	-
	31-Dez-2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos financeiros			
Instrumentos de capital	-	-	1 200 056 626
Investimentos a deter até à maturidade	1 518 025 212	-	-

4.27. Partes relacionadas



O capital da EMOSE é detido maioritariamente pelo Estado de Moçambique, através de participação directa no capital assim como através de participação indirecta através do sector empresarial público.

A EMOSE por sua vez detém participações financeiras em empresas que lhe garantem uma influência significativa na sua gestão, nomeadamente na IMENSIS e na Sociedade de Manutenção Imobiliária.

As transacções existentes entre a EMOSE e as suas participadas são realizadas numa base “arm’s length”, correspondendo no caso da IMENSIS à gestão desta do património imobiliário da Companhia. A gestão do património inclui a cobrança das rendas das quais retém uma comissão de 35%. A Sociedade de Manutenção Imobiliária é a empresa à qual a EMOSE contrata os serviços de reparação e limpeza das suas instalações.

Seguem abaixo os detalhes sobre os saldos e transacções com partes relacionadas:

Subsidiárias	Data	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e rendimentos
IMENSIS	31-Dez-2018	-	-
IMENSIS	31-Dez-2017	-	-

Subsidiárias	Data	Outros activos financeiros	Outros passivos financeiros
IMENSIS	31-Dez-2018	234 914 136	(73 054 278)
IMENSIS	31-Dez-2017	237 828 016	(73 054 278)
Sociedade de Manutenção Imobiliária	31-Dez-2018	4 251 192	-
Sociedade de Manutenção Imobiliária	31-Dez-2017	4 251 192	-



Associadas	Data	Dividendos recebidos
Millenium Bim	31-Dez-2018	80 910 963
Millenium Bim	31-Dez-2017	65 461 285
Sociedade de Desenvolvemento do Corredor de Maputo (SDCM)	31-Dez-2018	3 333 470
Sociedade de Desenvolvemento do Corredor de Maputo (SDCM)	31-Dez-2017	2 880 000
Standard Bank	31-Dez-2018	948
Standard Bank	31-Dez-2017	477
Zep Re	31-Dez-2018	1 981 180
Zep Re	31-Dez-2017	-
Socimo	31-Dez-2018	-
Socimo	31-Dez-2017	327 045

Accionistas	Data	Dividendos pagos
IGEPE	31-Dez-2018	-
IGEPE	31-Dez-2017	19 688 685
Estado Moçambicano	31-Dez-2018	-
Estado Moçambicano	31-Dez-2017	24 769 635
GETCOOP	31-Dez-2018	-
GETCOOP	31-Dez-2017	12 702 377
Outros	31-Dez-2018	-
Outros	31-Dez-2017	6 351 189

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam em 31 de Dezembro de 2018 a 33 368 744 Meticais. Em 31 de Dezembro de 2017 os valores foram de 29 106 495 Meticais (Ver nota 4.24).



4.28. Compromissos e contingências

Compromissos relativamente a locações financeiras

A EMOSE não detém nenhum compromisso relativamente a locação financeira, em referência a 31 de Dezembro de 2018.

Processos fiscais em curso

Em 31 de Dezembro de 2018, encontra-se em curso no âmbito do processo de fiscalização tributária realizado pela Autoridade Tributária aos exercícios de 2012 a 2015, onde a Companhia foi notificada para o pagamento de imposto adicional, no montante de 1 908 867 600 Meticais, sendo que, decorrente do exercício do direito de audição que as empresas gozam, a Companhia conseguiu obter uma redução significativa do montante de liquidação adicional em cerca de 1.210.000.000 Meticais. Nestas circunstâncias, na base da redução significativa que ocorreu em sede de exercício do direito de audição e dos argumentos adicionais apresentados pela Companhia com os procedimentos de Reclamação Graciosa, ainda em análise, é expectativa do Conselho de Administração de que os montantes de liquidação final serão significativamente inferiores aos actualmente reclamados pela Autoridade Tributária, no montante de 698.867.600 Meticais, existindo, porém, uma dificuldade intrínseca no processo de determinação da melhor estimativa para esse montante, razão pela qual aquele montante não se encontra provisionado nas demonstrações financeiras. Entretanto, até a data de emissão das presentes demonstrações financeiras não havia nenhum desenvolvimento em relação a este processo, não existindo desta forma a melhor estimativa para a constituição da respectiva provisão.

Processos judiciais em curso

Em 31 de Dezembro de 2018, existem processos judiciais contra a Companhia que perfazem um total de 34 839 531 Meticais (2017:17 666 541). Estes valores encontram-se totalmente provisionados em função do risco.

Activos com restrições

Em 31 de Dezembro de 2018, existem valores ordenados para cativo nas contas bancárias da Companhia pelo tribunal no montante de 22 717 397 Meticais (2017:8 381 715 Meticais), relativo a processos de sinistros envolvendo segurados da Companhia e de outras companhias, sendo que, os mesmos serão recuperados junto dos segurados da Companhia por excederem o valor do capital seguro.

Activos contingentes

Em referência a 31 de Dezembro de 2018, existe um contencioso entre a Emose e a Fidelidade Portugal, em consequência do valor reclamado pela Fidelidade Portugal no montante de 227 365 521 Meticais relativo às dívidas de resseguro transitadas no processo de fusão das 3 (três) Companhias de seguro que deram origem a Emose. O contencioso existe pelo facto da Emose não reconhecer o valor da dívida reclamada por insuficiência de provas da dívida e, em consequência disso, a Fidelidade condiciona a transferência dos valores cobrados das rendas dos imóveis da Emose em Portugal a aceitação da dívida. O valor que a Emose tem a receber junto da Fidelidade Portugal é de 38 459 313 Meticais, e está totalmente provisionado nas contas em função do risco.



4.29. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

A gestão dos riscos é assumida como um dos pilares da Companhia no suporte a uma estratégia de crescimento sustentável. Assim sendo, um dos principais objectivos da Companhia é garantir que a sua estrutura de gestão de riscos permite assegurar e atingir o equilíbrio adequado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos clientes, accionistas, reguladores e restantes partes interessadas.

Como parte da sua governação, a Companhia adopta uma estrutura organizacional de gestão de riscos alinhada com as melhores práticas do mercado e dentro dos padrões prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora.

As transacções relacionadas com a actividade seguradora estão sujeitas a supervisão pelo órgão regulador – ISSM – o qual determina, entre outros aspectos, a natureza e a concentração dos investimentos afectos às provisões técnicas.

A Companhia encontra-se exposta aos seguintes riscos:

- Risco de seguro;
- Risco de mercado, nomeadamente, risco de taxa de juro, risco de câmbio;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Risco de seguro

A principal actividade da Companhia consiste na aceitação de risco de seguro perante terceiros, sendo a gestão da aceitação deste risco fulcral no resultado dos principais indicadores da actividade, nomeadamente o lucro, o crescimento do negócio ou a quota de mercado. O risco associado aos contratos de seguro celebrados pela Companhia reside na incerteza relativa aos sinistros.

Para as carteiras de contratos de seguro em que é possível aplicar a probabilidade de ocorrência de sinistros, o principal risco que a Companhia enfrenta consiste na possibilidade de o valor actual do pagamento de sinistros e pensões exceder o valor das responsabilidades apuradas e expressas nas suas demonstrações financeiras. Esta situação pode ocorrer por alterações na frequência e / ou materialidade dos valores a pagar quando comparados com os valores estimados. Deste modo, a Companhia procede anualmente à revisão das suas estimativas relativamente às responsabilidades esperadas decorrentes de contratos de seguro.

A experiência no sector mostra que quanto maior for a carteira de contratos de seguro com idênticas características, menor será a probabilidade de variações significativas nas responsabilidades estimadas pela Companhia.

A Companhia desenvolveu a sua política de aceitação de riscos baseada na diversificação dos riscos seguros, garantindo para cada classe de risco uma dimensão suficientemente grande que permita reduzir a exposição a possíveis perdas. Os principais ramos de actividade para a Companhia são o ramo vida, ramo acidentes pessoais e doença e o ramo Automóvel, os quais representam cerca de 81% do valor total da carteira de prémios da Companhia. A aceitação destes riscos está dependente da análise por pessoal qualificado. No caso da aceitação



de riscos mais complexos, para os quais a Companhia não tem recursos adequados para proceder à sua avaliação, a Companhia recorre a peritos externos.

A adequada gestão do risco de seguro pressupõe também que as tarifas praticadas pela Companhia sejam definidas de forma regular, prudente e com recurso a técnicas e/ou modelos de valorização.

Para além do referido acima, a Companhia analisa o risco de seguro através da monitorização dos seguintes rácios:

Rácios de sinistralidade (Custos com sinistros brutos / Prémios brutos adquiridos)

Ramo	31.12.2018	31.12.2017
Vida	58,1%	50,4%
Acidentes de trabalho	19,4%	75,7%
Acidentes Pessoais e doença	62,9%	51,4%
Incêndio e outros danos	-54,9%	21,7%
Automóvel	23,0%	61,9%
Marítimo	3,7%	-3,7%
Aéreo	16,3%	-55,9%
Transportes	132,1%	288,3%
Responsabilidade civil	42,2%	1,8%
Diversos	-4,4%	20,7%
Rácio global	35,6%	47,6%

Rácios de despesa (Custos de exploração brutos / Prémios brutos adquiridos)



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticais)

Ramo	31.12.2018	31.12.2017
Vida	62,6%	65,8%
Acidentes de trabalho	44,8%	45,6%
Acidentes Pessoais e doença	14,3%	11,2%
Incêndio e outros danos	25,6%	30,7%
Automóvel	48,7%	44,4%
Marítimo	30,4%	23,6%
Aéreo	5,6%	8,8%
Transportes	40,3%	42,9%
Responsabilidade civil	39,1%	41,7%
Diversos	11,4%	17,7%
Rácio global	34,0%	31,7%

Rácio combinado de sinistros e despesa (Custos exploração brutos + custos com sinistros brutos) / Prémios brutos adquiridos)

Ramo	31.12.2018	31.12.2017
Vida	120,7%	116,2%
Acidentes de trabalho	64,2%	121,4%
Acidentes Pessoais e doença	77,2%	62,6%
Incêndio e outros danos	-29,3%	52,4%
Automóvel	71,7%	106,3%
Marítimo	34,1%	19,9%
Aéreo	21,9%	-47,0%
Transportes	172,5%	331,3%
Responsabilidade civil	81,3%	43,6%
Diversos	7,0%	38,4%
Rácio global	69,6%	79,2%

Risco de mercado



As principais componentes do risco de mercado são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Companhia passa por obter financiamento com taxas fixas, para poder minimizar as variações das taxas de juro.

Os instrumentos financeiros mais sujeitos ao risco de taxa de juro são os depósitos a prazo, as obrigações e os empréstimos obtidos.

A tabela a seguir sumariza a exposição ao risco de taxa de juro:

	<u>Aumento / diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
31-Dez-2018		
Maibor	+200	52 000
Maibor	-200	(52 000)
Libor	+25	-
Libor	-25	-
	<u>Aumento / diminuição em pontos base</u>	<u>Impacto no resultado antes de imposto</u>
31-Dez-2017		
Maibor	+200	19 990 652
Maibor	-200	(19 990 652)
Libor	+25	521 895
Libor	-25	(521 895)

Risco de taxa de câmbio



O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas EUR, USD, ZAR. A Companhia procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Refira-se que parte substancial da exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio está relacionada com as posições detidas nos contratos de resseguro e na regularização de sinistros associados a contratos de seguro negociados em divisa.

A tabela abaixo sumariza a exposição ao risco de taxa de câmbio:

	31-Dez-2018				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
<u>Activos</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	2 155 096 145	1 653 894 664	348 645 127	151 674 376	881 977
Outros depósitos	2 600 000	2 600 000	-	-	-
Recibos por cobrar	3 225 133 280	2 853 839 954	364 884 028	3 618 403	2 790 895
Valores a receber por operações de resseguro	9 022 219	4 272 930	43 279	4 706 010	-
	5 391 851 644	4 514 607 548	713 572 435	159 998 790	3 672 872
<u>Passivos</u>					
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-
Valores a pagar por operações de resseguro	259 198 327	91 893 441	163 710 323	323 449	3 271 115
	259 198 327	91 893 441	163 710 323	323 449	3 271 115
Posição líquida	5 132 653 317	4 422 714 108	549 862 112	159 675 341	401 757
	100%	86%	11%	3%	0%
Diferenças de câmbio favoráveis	102 459 246	88 287 270	10 976 478	3 187 477	8 020
Diferenças de câmbio desfavoráveis	52 468 890	45 211 489	5 621 002	1 632 292	4 107
	154 928 135	133 498 759	16 597 480	4 819 769	12 127



EMOSE – EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, S.A.

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em Meticais)

	31-Dez-2017				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Caixa e equivalentes de caixa	729 008 063	590 280 791	121 615 990	16 127 877	983 405
Outros depósitos	1 329 776 937	999 532 603	208 758 134	121 486 200	-
Recibos por cobrar	3 240 452 556	2 879 500 068	356 678 012	3 618 403	656 073
Valores a receber por operações de resseguro	9 563 696	4 265 607	3 540 073	1 758 016	-
	5 308 801 252	4 473 579 070	690 592 208	142 990 496	1 639 478
Passivos					
Empréstimos obtidos	764 627	764 627	-	-	-
Valores a pagar por operações de resseguro	319 494 673	125 465 585	186.250.903	3.655.425	4.122.761
	320 259 299	126 230 211	186 250 903	3 655 425	4 122 761
Posição líquida	4 988 541 953	4 347 348 859	504 341 306	139 335 071	(2 483 283)
	100%	87%	10%	3%	0%
Diferenças de câmbio favoráveis	77.619.671	67.642.969	7.847.344	2.167.997	-38.639
Diferenças de câmbio desfavoráveis	104 804 725	91 333 842	10 595 752	2 927 303	(52 172)
	182.424.396	158.976.811	18.443.096	5.095.300	(90.810)

A tabela abaixo sumariza para as rubricas acima o impacto nos resultados da Companhia de uma variação das taxas de câmbio:

	<u>Aumento / diminuição em percentagem</u>	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
31-Dez-2018		
Doláres Norte-Americanos	+20%	3 319 496
Doláres Norte-Americanos	-20%	(3 319 496)
Rands Sul-Africanos	+20%	963 954
Rands Sul-Africanos	-20%	(963 954)
Euro	+20%	2 425
Euro	-20%	(2 425)



	<u>Aumento / diminuição em percentagem</u>	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
31-Dez-2017		
Doláres Norte-Americanos	+20%	(3 688 619)
Doláres Norte-Americanos	-20%	3 688 619
Rands Sul-Africanos	+20%	(1 019 060)
Rands Sul-Africanos	-20%	1 019 060
Euro	+20%	(18 162)
Euro	-20%	18 162

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Companhia incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- (i) parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro,
- (ii) parte dos resseguradores nos custos com sinistros,
- (iii) valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro,
- (iv) valores a receber de mediadores de seguro, e
- (v) risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito através da diversificação da exposição do risco a mais do que uma entidade e da revisão regular dos riscos a que se encontra exposta.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido uma vez que as políticas de investimento da empresa determinam que os investimentos deverão estar direccionados para as maiores empresas de Moçambique.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Companhia não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.



A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades da Companhia. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

Neste âmbito, as obrigações definidas pelo órgão regulador relativamente à representação das provisões técnicas, constituem um dos mecanismos de mitigação do risco de liquidez.

Os quadros em baixo espelham quais os activos representativos de provisões técnicas a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017:

31-Dez-2018	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros "Não-Vida"	Não afectos
Caixa e equivalentes de caixa	475 000 000	1 680 096 145	-
Edifícios	668 309 942	1 834 056 285	2 996 715 634
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	499 057 880	965 758 012	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	2 600 000	23 036
Investimentos a deter até à maturidade	222 451 000	-	-
Total	1 864 818 822	4 482 510 442	2 996 738 670

31-Dez-2017	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros "Não-Vida"	Não afectos
Caixa e equivalentes de caixa	475 000 000	254 008 063	-
Edifícios	626 700 588	1 766 470 313	2 934 864 773
Activos financeiros disponíveis para venda	656 200 888	543 855 738	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	51 888 134	1 277 888 803	23 036
Investimentos a deter até à maturidade	145 148 377	35 000 000	-
Total	1 954 937 986	3 877 222 918	2 934 887 809



O objectivo da Companhia é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras.

31-Dez-2018

<u>Activos financeiros</u>	0-1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos	Sem maturidade	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2 155 096 145	-	-	-	2 155 096 145
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1 464 815 892	1 464 815 892
Investimentos a deter até à maturidade	92 451 000	130 000 000	-	-	222 451 000
Valores a receber por operações de seguro directo	3 302 213 647	-	-	-	3 302 213 647
Valores a receber por operações de resseguro	9 022 219	-	-	-	9 022 219
Valores a receber por outras operações	583 591 531	-	-	-	583 591 531
	6 142 374 542	130 000 000	-	1 464 815 892	7 737 190 434

Passivos financeiros

Valores a pagar por operações de seguro directo	428 020 280	-	-	-	428 020 280
Valores a pagar por operações de resseguro	259 198 327	-	-	-	259 198 327
Valores a pagar por outras operações	274 139 373	-	-	-	274 139 373
	961 357 980	-	-	-	961 357 980

31-Dez-2017

<u>Activos financeiros</u>	0-1 ano	1-3 anos	Mais de 3 anos	Sem maturidade	Total
Caixa e equivalentes de caixa	729 008 063	-	-	-	729 008 063
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1 200 056 626	1 200 056 626
Investimentos a deter até à maturidade	37 697 377	142 451 000	-	-	180 148 377
Valores a receber por operações de seguro directo	3 305 485 235	-	-	-	3 305 485 235
Valores a receber por operações de resseguro	9 563 696	-	-	-	9 563 696
Valores a receber por outras operações	523 618 199	-	-	-	523 618 199
	4 605 372 570	142 451 000	-	1 200 056 626	5 947 880 196

Passivos financeiros

Empréstimos obtidos	764 627	-	-	-	764 627
Valores a pagar por operações de seguro directo	622 166 866	-	-	-	622 166 866
Valores a pagar por operações de resseguro	319 494 673	-	-	-	319 494 673
Valores a pagar por outras operações	253 061 866	-	-	-	253 061 866
	1 195 488 031	-	-	-	1 195 488 031



Refira-se que apesar do recurso ao resseguro representar uma forma da Companhia gerir os riscos a que está exposta, nomeadamente o risco de seguro e o risco de liquidez, a Companhia será sempre o primeiro responsável por cobrir as responsabilidades assumidas perante terceiros. Se um ressegurador por qualquer razão não efectuar o pagamento de um sinistro, a Companhia tem a responsabilidade em indemnizar o segurado pela perda ocorrida.

4.30. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, se verificou evento a considerar na Companhia: (i) de acordo com o artigo 26º do Decreto-Lei 1/2010, de 31 de Dezembro, em conjunto com o artigo 46º do Decreto 20/2011, de 11 de Agosto, as provisões técnicas deverão ser representadas por activos equivalentes, sejam móveis ou imóveis. A 31 de Dezembro de 2018, e apesar de ter Caixa e seus equivalentes e Depósitos à ordem disponíveis para serem reinvestidos, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, de acordo com os requisitos de alocação do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), revelam-se insuficientes para o ramo Não Vida no montante de 233.750.558 Meticais. Como tal, e de acordo com o artigo 70º do Decreto 30/2011, a Administração deverá apresentar um plano adequado (através da realocação de Caixa e seus equivalentes e Depósitos à ordem já disponíveis em outros investimentos, como títulos da dívida pública, propriedades e acções) a fim de suprir as referidas insuficiências de activos dentro do período estabelecido pela entidade reguladora. Note-se que esta matéria refere-se a uma repartição das disponibilidades de activos, de acordo com os requisitos de ISSM, e não é de forma alguma uma referência a uma falta ou insuficiência de activos na sua totalidade, sendo que, esta situação encontra-se regularizada em 31 de Janeiro de 2019.



EMPRESA MOCAMBICANA DE SEGUROS, S.A

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
EMOSE EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, SA.
MAPUTO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EMOSE EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, SA, que compreendem o balanço em 31 Dezembro 2018 (que evidencia um total activos de MZN 12 211 908 632 e um total de capital próprio de MZN 4 746 537 935, incluindo um resultado líquido de MZN 297 244 702), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto ao possível efeito das matérias descritas na secção *Base para Opinião com Reservas*, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da EMOSE - EMPRESA MOÇAMBICANA DE SEGUROS, SA em 31 de Dezembro 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as normas definidas para a actividade seguradora, aprovadas pelo Diploma Ministerial n. 222/2010, de 17 de Dezembro.

Base para a opinião com reserva

1 Embora tenhamos solicitado, não obtivemos respostas aos nossos pedidos de confirmação externas das rubricas abaixo indicadas. Procedimentos alternativos utilizados para validar os valores não se revelaram satisfatórios, deste modo, não nos é possível assegurar a totalidade e exactidão dos saldos das rubricas acima mencionadas.

Descrição	(Em MZN)	
	Débito	Crédito
Mediadores	28 624 779,00	6 703 158,00
Co - seguradores	3 380 479,00	5 981 520,00
Resseguradores	0,00	185 283 169,00
	32 005 258,00	197 967 847,00

2 O Passivo inclui saldos pendentes por regularizar no montante de MZN 77 318 414. Deste modo, não nos é possível assegurar a totalidade e exactidão do saldo desta rubrica.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Somos independentes da entidade nos termos das Normas de Ética dos Contabilistas Profissionais Código e Ética da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Enfãse - Processos Fiscais

Chamamos a atenção para a nota 4.28 que refere que se encontra em curso um processo de contestação junto da Administração Fiscal. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Matérias relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

1 Sinistros pendentes não descontados brutos de responsabilidade gerais de contratos de seguros

Matéria relevante de Auditoria

A estimativa dos sinistros pendentes envolve julgamento significativo, devido a dimensão da responsabilidade e incerteza inerente na estimativa dos pagamentos futuros esperados para sinistros ocorridos. Em particular o julgamento ocorre sobre a estimativa de pagamentos de sinistros já incorridos na data do relato, mais ainda não foram reportados a entidade, uma vez que geralmente existe menos informação disponível em relação a esses sinistros. Classes de negócios onde existe um período longo entre o evento inicial do sinistro e a liquidação (tal como a compensação de trabalhadores, indemnização profissional e outras classes de responsabilidade) também tendem a apresentar maior variabilidade entre as estimativas iniciais e a liquidação final.

A avaliação dos sinistros pendentes depende da qualidade dos dados subjacentes. Envolve julgamentos complexos e subjectivos sobre eventos futuros, internos e externos ao negócio. Para os quais pequenas mudanças nos pressupostos podem resultar em impactos matérias sobre estimativa.

Em 31 de Dezembro de 2018, a entidade detinha MZN 1 877 424 540 de passivos (provisões técnicas) em contratos de seguros que representam 25% do total dos passivos. Os passivos gerais de contratos de seguros, que incluem as provisões de sinistros gerais e provisões para risco não expirado são determinados com base na experiência de sinistros anteriores, no conhecimento existente dos eventos nos termos e condições de políticas relevantes e na interpretação das circunstâncias. As estimativas devem ser feitas para o custo final esperado dos sinistros declarados na data do balanço e para o custo final esperado dos sinistros ocorridos mas ainda não declarados (IBNR) na data do balanço. A estimativa dos passivos gerais em contratos de seguros é sensível a vários factores e incertezas. O julgamento da gestão é aplicado na definição desses pressupostos.

Divulgações relacionadas

A Nota 4.15 das demonstrações financeiras.

Resposta de Auditoria

Nesta área, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e implementação dos principais controlos actuariais, incluindo reconciliações dos principais dados e revisão das estimativas da entidade. Os dados históricos de sinistros são um *input* para as estimativas actuariais. Ao realizar estes testes consideramos os seguintes pontos:

- Testamos os controlos e efectuamos testes de detalhe sobre uma amostra de sinistros e liquidações;
- Determinamos as classes de negócio onde as estimativas de reserva de sinistros apresentam um

risco maior e tivemos como foco as classes que inerentemente envolvem maiores níveis de julgamento e historicamente tem mostrado maior variação ano a ano em relação as estimativas anteriores. Procuramos justificação suficiente para quaisquer diferenças significativas;

- Avaliamos os principais pressupostos actuarias, incluindo os rácios de sinistros e a frequência e gravidade esperados dos sinistros. Desafiámos esses pressupostos comparando-os com as nossas expectativas, com base na experiência da entidade, nas tendências actuais e nos nossos próprios conhecimento da industria. Para algumas classes de negócio, realizamos igualmente as nossas próprias projecções actuarias independentes e comparamos os resultados com estimativas da gestão. Com base nesse trabalho, concluímos que as metodologias e pressupostos testados foram materialmente consistentes com as nossas expectativas e análises independentes;
- Fomos assessorados por nossos próprios peritos actuarias para compreender e avaliar as práticas actuarias da entidade e a estimativa de sinistros não descontados brutos da entidade. Consideramos igualmente o trabalho e as conclusões de peritos actuarias externos contratados pela gestão;
- Efectuamos uma análise independente e calculamos os passivos gerais de contratos de seguro de determinadas classes de negócio. Comparamos a nossa análise independente com aquelas realizadas pela gestão e questionamos a gestão nos casos de diferenças significativas identificadas.

2 Provisão para sinistros de MZN 305 485 831.

Matéria relevante de Auditoria

Avaliação dos activos de resseguro requer um nível significativo de julgamento, dada a sua dependência inerente das estimativas subjacentes de sinistros pendentes brutos. Além disso, pode ser necessário um julgamento significativo da gestão para assegurar que as cláusulas contratuais dos contratos mais importantes sejam devidamente contabilizados.

Divulgações relacionadas

Nota 4.8 das demonstrações financeiras.

Resposta de Auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção de evidência de auditoria em relação aos dados e processos actuarias para a estimativa de recuperações de resseguro em sinistros pendentes, executando os mesmos procedimentos de auditoria descritos acima (Matéria Relevante de Auditoria 1) para estimativa de sinistros brutos.

Testamos os novos contratos individuais de resseguro. O nosso trabalho teve como foco a revisão duma amostra de contratos para assegurar que os termos chaves neles contidos fossem devidamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

3 Avaliação da provisão matemática do ramo vida de MZN 1 566 900 000.

Matéria relevante de Auditoria

Em 31 de Dezembro de 2018, a entidade detinha MZN 1 566 900 000 de provisão matemática do ramo vida, o que representava 21% do total dos passivos da Seguradora. A avaliação dos passivos de contrato de seguro do ramo vida envolve o julgamento sobre resultados futuros incertos, incluindo principalmente o período e a ocorrência de liquidação total final de passivos de contrato de seguro do ramo vida. A entidade utiliza modelos de avaliação e pressupostos para suportar os cálculos da provisão matemática do ramo vida. A complexidade dos modelos pode dar origem a erros resultantes de dados inadequados / incompletos utilizados ou de um desenho ou aplicação inapropriada dos modelos. Os pressupostos económicos como retorno de investimento, custos e taxas de juros e pressupostos não

económicos como mortalidade, comportamento dos segurados e experiencias em sinistros são alguns dos *inputs* utilizados para estimar esses passivos de contratos de seguro de vida. As alterações nos pressupostos utilizados podem dar origem a um impacto material na avaliação destas provisões. Além das experiencias históricas, o julgamento da gestão está envolvido na definição desses pressupostos.

Divulgações relacionadas

Nota 4.15 e parte da nota 4.8 das demonstrações financeiras referente ao resseguro no montante de MZN 13 500 000.

Resposta de Auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a utilização de especialistas actuariais internos para prestar apoio a nossa equipa na realização dos seguintes procedimentos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros.

- Avaliar os processos e testar os controlos relacionados ao processo actuarial, incluído o processo de determinação e aprovação da gestão para definição dos pressupostos económicos;
- Avaliar a adequação das metodologias e pressupostos de avaliação actuarial utilizados pela gestão em relação as exigência regulatórias e praticas da industria, quando aplicável;
- Comparar os pressupostos utilizados pela gestão com as experiencias da entidade e dados observáveis do mercado;
- Rever a razoabilidade das reservas actuariais que estão a ser constituídas através de análise analítica dos resultados.

Informação distinta das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria sobre as mesmas

A Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende as informações incluídas no relatório anual, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação, em consequência, considerar se essa outra informação é relevante é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar sobre este facto.

Responsabilidades da Administração e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras.

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as normas definidas para a actividade seguradora, aprovadas pelo Diploma Ministerial n. 222/2010, de 17 de Dezembro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência

tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria, e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtivemos a prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dada que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a apropriação no uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.
- Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são

as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

BDO (MOÇAMBIQUE), LDA

Sociedade de Auditores Certificados, nº 02/SAC/OCAM/2012, representada por:

Abdul Satar A. Hamid B D O

Engagement Partner: Abdul Satar A. Hamid

Auditor Certificado: 01/CA/OCAM/2012

Maputo, 26 de Março de 2019